

**12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE MONITORAMENTO PERMANENTE DA RESOLUÇÃO CONAMA 362/05, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2008, NA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.**

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Bom dia a todos e a todas, é um prazer estar aqui na sede da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina que nos acolhe nesta 12ª Reunião Ordinária do Grupo de Monitoramento Permanente da Resolução Conama 362 de 2005 e também nos acolhe com a hospedagem dos trabalhos de nossa 3ª Oficina de Capacitação e Treinamento na Resolução Conama 362 de 2005.

Eu vou passar direto aos informes onde tenho três informes a dar e, antes disso, nós vamos fazer a nossa apresentação. Meu nome é Edmilson Rodrigues da Costa. Sou coordenador do Grupo de Monitoramento Permanente da Resolução Conama 362 de 2005. Sou técnico especializado da Gerência de Resíduos Perigosos e Tecnologias Limpas do Departamento de Qualidade Ambiental da Indústria da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

WALTER FRANÇOLIN – Bom dia a todos, Walter Françolin, do Sindicato Nacional da Indústria do Refino de Óleos Minerais – Sindirrefino. Gostaria também de agradecer e registrar aqui as nossas homenagens à Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, que gentilmente acolheu o nosso pleito para sediar esse nosso evento aqui na Região Sul. Gostaria também de aproveitar... Zilda Veloso, por gentileza, gostaria que você fizesse parte aqui da mesa. Você, por gentileza, ocupasse o meu lugar. Muito obrigado a todos!

CELMA DOS ANJOS (Anamma) – Celma dos Anjos. Sou gerente de manejo de resíduos da Amma, que é a Agência Municipal de Meio Ambiente de Goiânia, e aqui eu faço parte do GMP representando a Anamma.

JOSÉ ALBERTO (Sindirrefino) – José Alberto, Sindirrefino.

CARMEM NÍQUEL (Fepam/Abema) – Carmem Níquel, engenheira química da Divisão de Controle da Poluição Industrial da Fepam, aqui representando a Abema.

RUTH TABACZENSKI (Deconama) – Ruth Tabaczinski, assessora técnica do Conama, engenheira sanitária e acompanho o GMP com muito orgulho. Foi o primeiro grupo de monitoramento de uma resolução Conama.

MOWNA ALI FARES (Amma): Bom dia, Mowna Ali Fares, gerente de licenciamento ambiental da Amma, sou perita ambiental, tecnóloga em saneamento e suplente do GMP, do Conama.

JOÃO BOSCO (Ibama): Bom dia, a todos. João Bosco, eu sou da diretoria de Qualidade Ambiental do Ibama e mais precisamente da coordenadoria de resíduos e emissões.

ROBERTO ZANIN (Ibama): Bom dia, Roberto Zanin, da Diretoria de Qualidade Ambiental também, coordenação e controle de resíduos e emissões.

ZULEICA NYCZ (Apromac) – Bom dia, Zuleica Nycz, representante da Apromac – Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte. Participo aqui na qualidade de sociedade civil.

RUY RICCI (Sindilub) – Ruy Ricci, representando o Sindilub (Sindicato Interestadual de Revendedores Atacadistas de Lubrificantes).

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa): Bom feitas as apresentações, vamos começar com os informes....

ZILDA VELOSO (Ibama) – Deixe eu me apresentar. Alguns não me conhecem. Meu nome é Zilda Veloso. Walter... nós estávamos lembrando.. eu conheço o Walter desde 1993, quando nós ainda não tínhamos aprovado a Resolução 09, que foi a primeira do refino. Foi quando fui trabalhar nesse setor, fui trabalhar com isso. Hoje sou analista ambiental do Ibama, sou coordenadora geral de Gestão da Qualidade Ambiental ainda da Diretoria de Qualidade Ambiental. O Ibama vai passar por uma mudança, uma reestrutura, e certamente essa área vai mudar de nome de novo. Mas hoje ainda é Diretoria de Qualidade Ambiental. É um prazer estar aqui com vocês. Eu tenho recebido notícias desse grupo principalmente pelo João Bosco, que trabalha na coordenação e que acompanha o nosso representante nesse assunto. É um prazer muito grande estar aqui e ouvir. Esse grupo tem sido muito falado, então eu vim ver o que realmente esse grupo está produzindo.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Eu gostaria de, como primeiro informe, comunicar a todos vocês: Dra. Zilda Veloso vai substituir a Dra. Taís Pitta Cotta na Gerência de Resíduos Perigosos e Tecnologias Limpas. A Dra. Taís vai para a Gerência de Segurança Química no mesmo Departamento de Qualidade Ambiental que eu mencionei ainda há pouco e, se você desejar falar mais alguma coisa sobre essa transferência, fique à vontade.

ZILDA VELOSO (Ibama) – Eu tenho falado nisso de uma maneira ainda informal porque essa solicitação... sou funcionária de carreira do Ibama e devo ser solicitada pelo Ministério do Meio Ambiente, mas isso ainda não foi concretizado, mas já houve esse convite da parte do Rudolf. O Rudolf já me apresentou à equipe técnica do Ministério como a nova gerente e acho que para mim vai ser um desafio interessante, não pelo assunto porque basicamente vou lidar com os mesmo assuntos que eu lido hoje no Ibama, mas o universo que é um pouco diferente. Trabalhar no Ministério inclui uma mudança de ótica. Eu sou muito executora hoje, vamos trabalhar com formulação, vamos ter um relacionamento diferente com o setor produtivo, com os outros ministérios. O Edmilson vai me ajudar nessa tarefa. Vamos trabalhar juntos. Vou continuar trabalhando com a mesma equipe que eu trabalho hoje no Ibama. É um dos objetivos que o Rudolf também colocou que é continuar a ter um bom relacionamento com o Ibama. Acho que isso é importante, para os dois órgãos e para o Conama também, que é o nosso órgão máximo e que é um fórum extremamente importante para todos nós que lidamos com a política nacional de meio ambiente.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Veja como a Ruth fica feliz na hora que falamos órgão máximo [risos].

Bom, o segundo informe que tenho é o seguinte: Na 11ª Reunião Ordinária em São Paulo nós votamos a execução de um evento similar às oficinas em Manaus para o mês de outubro deste ano. Desse o período da 11ª Reunião Ordinária para cá, viu-se que não será possível realizar esse evento em Manaus e aproveito esse comunicado também porque eu vou mencionar no assunto Regimento Interno esse assunto, que foi a votação dessa possibilidade de evento em Manaus, e não vou me antecipar dos comentários que farei, mas acredito que há males que vêm para bem. Ter tido aquela votação foi de certa forma errônea de nossa parte e nos vem a alertar sobre alguns

probleminhas que nós já estamos vivendo dentro do grupo em termos de consideração de votação e que nos remete ao nosso Regimento Interno.

O terceiro comunicado que eu tenho para dar no tópico Informes Gerais é uma notícia, um release feito pela Gerência de Resíduos Perigosos e Tecnologias Limpas do Ministério do Meio Ambiente para esta reunião. Se vocês permitem eu vou lê-lo:

“Curso minimização da geração de resíduos perigosos:

O Ministério do Meio Ambiente aderiu, em novembro de 2003, à Declaração Internacional sobre a Produção mais Limpa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, compartilhando assim a responsabilidade do governo com ações para melhoria do ambiente global e práticas de produção e consumo sustentáveis. Nessa linha de ação, implantou em oito Estados os fórum-mesas de produção mais limpa, demonstrando interesse concreto de se utilizar essa estratégia para minimização dos impactos gerados pelos resíduos perigosos.

Visando atender aos objetivos enunciados na Convenção de Basileia para uma gestão ambientalmente saudável de resíduos perigosos e outros resíduos sujeitos à convenção, foi elaborado um programa piloto para minimização dos impactos gerados por resíduos perigosos. Esse programa foi desenvolvido por meio de um convênio com o Centro Nacional de Tecnologia Limpa e o Centro Coordenador da Convenção da Basileia para a América Latina e Caribe e propiciou a elaboração de manuais técnicos e capacitação em três estados nos resíduos: óleo lubrificante automotivo usado; gestão de fluidos de corte de usinagem e tratamento de superfície na etapa de decapagem ácida.

Dando continuidade a esse programa piloto, o Ministério do Meio Ambiente está realizando cursos de capacitação nos resíduos selecionados no programa piloto nos Estados. Esse cursos serão voltados para funcionários de indústrias, oficinas e demais instituições que lidem diretamente com esses resíduos, bem como aos técnicos dos órgãos ambientais estaduais. Assim, já estão programados cursos nos seguintes Estados: Paraná, 29, 30 de setembro e 1º de outubro; São Paulo, 15, 16 e 17 de outubro; Ceará, 22, 23 e 24 de outubro; Rio Grande do Sul, 28, 29 e 30 de outubro; Bahia, 4, 5 e 6 de novembro. Alguns outros Estados estão em fase de formatação das suas programações e datas.”

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Então... Gerência de Resíduos Perigosos e Tecnologias Limpas do Ministério do Meio Ambiente vem reforçar que, além do trabalho deste grupo de monitoramento permanente com as nossas oficinas oriundas de um grande seminário ocorrido em novembro/dezembro de 2006, agora não me recordo bem... Quando? Novembro. A Gerência de Resíduos Perigosos e Tecnologias Limpas também vem atuando no assunto óleo lubrificante usado. Outro nível de capacitação mais direta com aqueles trabalhadores da linha de frente ou da ponta desta cadeia. Então, foi feito esse pedido e acho muito justo de ter repassado essa informação para vocês. De minha parte, eu não possuo mais nenhum informe. Quem tiver informes, por favor, se pronuncie. Ruth.

RUTH TABACZENSKI (Deconama) – Edmilson, eu não consegui... não estava prestando atenção. A oficina de Manaus vai acontecer ou não?

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Não, não vai. No Regimento Interno, tema da pauta, vou conversar por quê.

CARMEM NÍQUEL (Fepam/Abema) – Edmilson, não sei se tu terias mais alguma informação da dinâmica que está sendo feita pela área de tecnologia de produção mais limpa. Esses treinamentos... para que ... nós estamos caminhando juntos... o foco... deu vontade de entender mais um pouquinho, se for possível.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Bom, o negócio é o seguinte: esse é um convênio com o Centro Nacional de Tecnologia Limpa, o CNTL, inclusive da seção Rio Grande do Sul, e o Centro Coordenador da Convenção de Basileia para a América Latina e Caribe e hospedado na Gerência de Resíduos Perigosos e Tecnologias Limpas do Ministério. Nas duas outras oficinas nós utilizamos uma cartilha. Vocês lembram? Naquela formatação daquela cartilha para os três tópicos que falei aqui: óleo lubrificante automotivo usado; gestão de fluidos de corte de usinagem e tratamento de superfície na etapa de decapagem ácida. O Ministério contratou consultores que vão ministrar nesse formato de três dias, confirmando, um dia por cada tema desse voltado ao pessoal que trabalha nas oficinas, nas indústrias, uma coisa bem direta sobre comportamento; por exemplo, no caso dos óleos de lubrificante usados, como coletar, informações genéricas sobre o sistema de coleta, do refino e coisas mais voltadas para... você suspende a gravação, por favor, um pouquinho?

ZULEICA NYCZ (Apromac) – Eu fico um pouco surpresa. Porque estamos trabalhando há tantos anos já, dois, três anos nesse grupo. É um grupo que acompanha essa matéria de perto, a implementação da resolução e eu fico surpresa de saber que todo esse trabalho que está sendo feito lá e em paralelo sem que tenhamos tenha... sem que haja um canal de comunicação entre esses projetos, porque nós também somos um projeto e um projeto muito importante porque, além de ser o único projeto hoje em andamento da implementação de uma resolução, nós temos todos os setores aqui envolvidos. E a segunda coisa que eu queria dizer é que aquela cartilha de Pernambuco tem alguns erros. Acho que a Carmem pode apontar. Nós fizemos uma revisão. A Apromac fez uma revisão com apoio de técnicos e chegamos à conclusão de que aquela cartilha... se ela está sendo usada como base para esse curso, isso me deixa bastante preocupada.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Ela está sendo usada como base para o curso. Deixa eu só fazer um comentário. Como eu disse aqui. Independente do fato de estarmos fazendo as oficinas, este acontecimento ocorreria. Foi uma coincidência.

ZULEICA NYCZ (Apromac) – Por que não podemos trabalhar juntos, inclusive para fazer também uma espécie de parceria técnica, porque os especialistas estão aqui nesta sala. Não são consultores contratados, são pessoas que estão estudando essa matéria sob todos os ângulos possíveis da implementação dessa Resolução que envolve inclusive a questão técnica e muito bem. E eu vejo que, quando o Ministério contratou consultores para fazer aquela cartilha, primeiro que naquela época também não fomos nem sequer consultados sobre a qualidade da cartilha, se ela estava boa. Não submeteram para nós e nós faríamos isso graciosamente, generosamente, ninguém aqui cobra nada. Realmente é um trabalho voluntário que estamos fazendo aqui, pelo menos da parte do setor privado e da parte das ONGs, os demais estão aqui a trabalhar, tudo bem. Mas nós estamos voluntariamente aqui e estamos dispostos sempre a colaborar.

Então, é muito triste, triste para mim, que temos poucos recursos, nossa ONG tem poucos recursos, ver um documento daqueles ser impresso em papel, deve ter custado uma fortuna porque é colorido inclusive, com erros que vão prejudicar nosso trabalho lá na frente porque se você está ensinando errado, como é que você vai desensinar algo que você ainda nem conseguiu ensinar. E nosso trabalho, aqui, é piloto, é de tentar implementar essa Resolução. Então, é preciso que trabalhemos em conjunto, que o Ministério trabalhe conosco e não contra nós, não que tenha sido proposital obviamente, mas é importante a comunicação com este grupo. Este grupo precisa ser mais prestigiado até mesmo para que o próprio Ministério não incorra nesses erros, que têm depois de ser corrigidos.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Eu acho que... só dando um pouco mais de resposta à sua colocação, Zuleica. Eu acho que o que houve nessa história também é que este grupo... ele estava assentado numa outra diretoria até o início deste ano. Depois ele foi transferido de departamento com a reformulação no Ministério. E, apesar de muitas vezes estarmos no mesmo andar, temos o mau costume na Esplanada de não atravessarmos as portas. Então,

acredito que a origem disso venha de um passado recente devido... agora não, agora nós estamos com tanto esse projeto que eu li aqui mencionado quanto o grupo assentados sob a mesma gerência.

RUY RICCI (Sindilub) – Da mesma maneira me causa surpresa essa informação e também tenho algumas dúvidas com relação às três áreas que estão sendo trabalhadas, como o setor de lubrificantes, a revenda. Eu acho que nós conhecemos muito bem o mercado, como ele é composto, o que representa. Se não me engano, até na edição do Informativo, nossa revistinha, não sei se foi nessa ou na anterior, eu mesmo faço um trabalho da divisão do mercado e nós vamos verificar o seguinte... OK! O óleo usado de motor, esse é o grande... Óleo de corte e óleo de decapagem, sinceramente, o volume que é comercializado é um volume pequeníssimo, muito pequeno, e inclusive não tão contemplado dentro da coleta, do programa da coleta. Os óleos de corte, inclusive hoje que são só de usos industriais, eles estão praticamente reciclados. O mercado de óleo de corte, não tem ninguém do Sindilub aqui, que são os produtores. O mercado diminuiu muito porque o equipamento hoje moderno recicla o próprio óleo de corte. Ele tem filtros, ele tem centrífuga. O óleo de corte é reaproveitado pelo próprio equipamento. Então, o que vai para... o que poderia ser um resíduo perigoso é um volume muito pequeno e quem usa isso são as indústrias e mesmo a decapagem... serve para os dois. As indústrias hoje, a maioria são indústrias grandes, são responsáveis, têm seus programas de meio ambiente (? 00:22:37).

Portanto, o primeiro problema, sim, do foco (? 00:22:41), sem dúvida, tudo o que vier para contribuir na área, de melhorar o meio ambiente, da coleta, das oficinas mecânicas, do pessoal que usa, que põe a mão na massa, sem dúvida é interessante. E sempre, como sindicato, nós apoiamos e fazemos a divulgação disso e inclusive trabalhamos a nível da NP (? 00:23:07) que hoje não está presente, para regulamentar essa atividade da revenda, que é uma ponta solta em todo o processo. Portanto, não deixa de ser um movimento interessante etc., mas, como a Zuleica disse, a mim causa uma certa surpresa, uma coisa correndo em paralelo a um trabalho que nós estamos há tantos anos. E se nós chegamos às oficinas é porque nós sabemos a dificuldade lá na ponta do usuário final, do destino. Nós estamos indo por etapas. Mas tudo bem, eu acho que podemos, que talvez se pudermos correr atrás, se pudermos mandar um ofício manifestando apoio, interesse, e talvez uma integração maior com esse problema.

Não sei, essa seria minha proposta aqui. Obrigado.

ZILDA VELOSO (Ibama) – Antes que esse assunto fique mais comprido do que ele merece. O Edmilson falou no início, este é um projeto da Convenção de Basiléia. Neste caso específico nem o governo brasileiro opinou sobre ele. A Convenção de Basiléia já tem há pelo menos uns... desde que ela fez 10 anos em 1999 foi aprovado um plano de implementação da convenção onde os países, ao invés de colocar recursos, os países doadores, ao invés de colocarem recursos – Ah! Vou colocar recursos no Uruguai, na Argentina... –, colocaram num fundo, se aprovam um plano e uma carteira de projetos. E essa carteira de projetos, esse projeto foi capitaneado pelo governo uruguaio como Centro Regional da Convenção de Basiléia. Nós ficamos sabendo desse projeto lá durante a reunião. É um assunto interno, é um assunto que depois teve de vir ao Brasil porque o CNTL ficava no Rio Grande do Sul, ficava no Brasil, mas o CNTL é um Centro de Tecnologias Limpas da Unido. Ele era um centro universal, vamos chamar assim! Ele localizava-se no Brasil, mas era um centro universal.

Digamos que, depois de toda essa gestão negociada em 2000, 2002, o governo brasileiro não teve como dizer não, nós bem que tentamos, mas não teve como dizer não. Então, nós não escolhemos os temas, nós não escolhemos os... não é uma coisa que me agrada estar falando sobre isso agora, então, por isso que não queria tocar, mas como fica parecendo que o governo que está fazendo isso... o Edmilson tentou dar uma volta por lá e por cá, mas o que aconteceu foi isso. Eu estava presente a essa reunião, nós não tivemos como desmanchar essa negociação. Nós tínhamos outros projetos que eram de interesse do governo brasileiro para serem tocados e não conseguimos implementar esses projetos.

O que aconteceu depois disso? O projeto teve uma série de desdobramentos e aí vieram as cartilhas. Aí nós tivemos que assumir que o projeto devia ser feito e tinha de ser feito dentro de algumas coisas, de uns princípios básicos. A condução dentro do próprio Ministério do Meio Ambiente teve um pouco de problemas por estar localizado em áreas diferentes.

Além de tudo isso, a área que lidava com tecnologias limpas naquela ocasião não era a mesma área que lidava com resíduos, que acompanhava a Convenção de Basiléia, que acompanhava o refino. Então, gente, teoricamente não tem nada a ver com esse grupo, esse projeto. Hoje estamos tentando unir, de certa forma compatibilizar. Agora tem muita coisa que já está em andamento.

Então eu pediria, nós vamos ter, eu imagino que o Rudolf tem o maior bom senso, a maior boa vontade de tentar compatibilizar isso, mas na realidade foi um projeto que o governo brasileiro também não gostaria que tivesse ocorrido dessa forma, talvez tivesse escolhido outras prioridades. Essa não é a primeira vez que acontece nem vai ser a última, 12 anos atrás a Opas fez isso com um projeto onde elaborou quatro manuais sobre gerenciamento de resíduos. Ela fez manual, ela contactou diretamente as indústrias de tecido, a indústria de galvanoplastia, fez seminários, fez manuais. Quando nós descobrimos, já estava assim, faltava seis meses para acabar o projeto e eles já estavam fazendo tudo. Então, vamos tentar fazer o possível para podermos unir esforços em relação a isso.

O Ministério do Meio Ambiente, depois dessa mudança que houve do ano passado para cá, tem se empenhado em fazer isso, mas eu digo que não foi um projeto, apesar da Convenção de Basiléia ser ponto focal. O governo uruguaio, como responsável pelo Centro da Convenção, sempre teve uma dificuldade de gerenciar. Então, ele conseguiu recursos, quis incluir o CNTL, e não é por causa disso que vamos menosprezar o trabalho. O CNTL tem um trabalho importante nessa área, mas não foi um projeto que estivéssemos com muito gosto e muito esforço acompanhando desde o início. Agora, nós estamos tentando fazer o treinamento. Ah! tem manual? Então, vamos procurar... é esse o problema desse projeto que eu pediria a boa vontade dos senhores e eu acho que talvez ele não seja o ponto mais importante da nossa pauta.

ZULEICA NYCZ (Apromac) – Bom, para nós é importante, Zilda. Porque é o nosso trabalho aqui, é a razão de vivermos e estarmos aqui, é por isso que é importante para nós porque na época que essa cartilha foi feita, e já faz bastante isso... acho que um ano e meio atrás, 2006. Quando essa cartilha foi feita, o grupo já estava funcionando a todo vapor porque essa Resolução é de 2005. Nós conseguimos criar esse grupo em 2006, comecinho de 2006, levou quase um ano para conseguirmos criar esse grupo.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Eu comecei em 2007, quando saiu a Portaria, mas esse grupo já funcionava há um ano e meio.

ZULEICA NYCZ (Apromac) – Exatamente. Nós enviamos vários ofícios para a ministra na época para conseguir. Quando essa cartilha foi feita, ela foi feita justamente com a participação da nossa coordenadora, a Fernanda, por isso que continuamos estranhando desde então, porque é que desde então, enquanto a nossa coordenadora fez essa cartilha, participou na consultoria, inclusive, como eu disse, tinha erros, erros técnicos. Não estou dizendo que os erros são de vossa coordenadora, estou dizendo que a nossa coordenadora participava e conhecia esse projeto e não foi, no entanto, provavelmente por algum motivo estrutural do próprio Ministério do Meio Ambiente, não havia uma política de interagir com esse grupo.

Vimos desde então lutando para que o Ministério do Meio Ambiente compreenda a importância desse grupo, a importância de se acompanhar a implementação de uma resolução. É o único grupo que hoje funciona. Você bem sabe, Zilda, que na última plenária tentei criar um grupo para pilhas e baterias e a minha proposta foi rechaçada, mas eu volto a dizer: esse grupo vai continuar de qualquer jeito. O importante é que o Ministério do Meio Ambiente compreenda as políticas todas, já que o Ministério é ponto focal, a Convenção de Roterdã, a Convenção de Basiléia, a Convenção de Estocolmo, que incorpore esse grupo como elemento de sua política. Essa é a minha proposta. Obrigada.

ZILDA VELOSO (Ibama) – Mas, Zuleica, o trabalho do CNTL, o projeto não tem nada a ver com a importância desse grupo. A importância desse grupo é outra coisa. As duas coisas estavam caminhando de maneira desarticulada. É isso que se está pretendendo consertar agora, mas não tem nada a ver com o menosprezo do trabalho do grupo ou de outros grupos. Nada disso, pelo amor de Deus! Não entenda, se foi essa a leitura do que eu falei, por favor, não foi isso que eu quis dizer. Quis dizer que as duas coisas caminharam de maneira completamente desarticulada.

WALTER FRANÇOLIN (Sindirrefino) – Doutora Zilda, somente para tentar separar o joio do trigo e verificar como é que podemos, nós, continuar. Digo nós não grupo de monitoramento, mas, sim, Sindicato da Indústria do Refino. Isto porque em maio ou junho, talvez antes até, fomos procurados pelo André Junqueira, do Ministério do Meio Ambiente, junto com a Dra. Taís, e nos foi solicitado apoio para reimpressão da cartilha de óleos lubrificantes. Nós fizemos uma reunião inclusive na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, buscando o apoio de outros sindicatos para elaboração ou reedição de outras cartilhas relacionadas com os outros dois temas. O Sindicato do Refino ficaria com a responsabilidade de reimprimir as cartilhas relacionadas com óleos lubrificantes usados e foi feita uma aproximação entre o Ministério do Meio Ambiente e também a Federação das Indústrias com vistas à reedição das outras duas cartilhas. Na leitura que nós fizemos, digo nós do Sindicato do Refino fizemos, tinham realmente algumas situações, no nosso entender, que estavam um pouco descompensadas e descompassadas. Isso porque a cartilha nos pareceu muita técnica e de difícil acesso para o pessoal do chão de fábrica. Então, houve uma proposta do Sindirrefino na época de fazer a reedição desta cartilha desde que fosse possível: primeiro, uma readequação da linguagem; segundo, um ajuste da cartilha à Resolução 362, que não tinha sido observado no primeiro documento. E nós, então, distribuímos essa cartilha para outros sindicatos, Petrobrás, Sindilub, Sinipetro, Sindicom, enfim, nós fizemos uma distribuição entre os agentes privados do setor de lubrificantes com vistas de trazer propostas de modificações e alterações dessa proposta inicial da cartilha que foi feita pelo CNTL. Obtivemos algumas propostas e, em função de modificações substanciais, nós fizemos a proposta de um outro documento. Esse documento foi endereçado à Dra. Taís para que fosse analisado porque a impressão do documento ficaria sob responsabilidade do Sindirrefino. E nós não recebemos até hoje nenhum comunicado, nem de aprovação nem de reprovação.

Portanto, para nós causa surpresa que na ótica agora do setor privado de que esse programa esteja, digamos, executado, não à revelia, mas tendo como foco o mesmo documento que todos do setor privado entenderam necessários pequenos ajustes ou algumas reformulações. Então, fica aqui uma questão: primeiro, nós devemos continuar, o Sindicato do Refino vai continuar participando? Porque nós fizemos uma proposta de alteração, porque para o setor privado não achamos legítimo reimprimir o documento da forma como ele se encontra, porque entendemos que nós estaríamos jogando dinheiro em cima de uma proposta que não está adequada à Resolução 362 hoje. E, de nossa parte, nós temos interesse que a coisa continue, naturalmente, desde que haja os ajustes, desde que haja algumas alterações. E também o próprio grupo possa ser consultado, aliás, o Dr. Edmilson recebeu cópia também desse guia de lubrificantes, ajustando essa cartilha em compasso com as diretrizes de licenciamento e também com o manual de fiscalização.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Dr. Walter, o que eu tenho a informar-lhe é o seguinte: a Gerência de Resíduos Perigosos e Tecnologias Limpas recebeu a proposta de cartilha de vocês, particularmente gostaria de tecer um parabéns à Apromac e a vocês. Ficou muito bom. A Dra. Taís está providenciando uma pequena inserção de algumas coisinhas mais pontuais e formais do governo e ela ficou de retornar a vocês quando da mudança da gerência. Então, eu acredito que ela tenha ficado numa situação de aguardar as conversas com Zilda para terminar isso.

Agora, o programa mencionado aqui do CNTL, ele não pode parar, esse é o problema, porque o dinheiro você não tem ele de novo. Os restos a pagar do governo é uma coisa complicadíssima quando se avança para janeiro, fevereiro. Então, tem muito disso, não desculpa a nossa falta de sintonia, mas é muito melhor eu ter trazido a notícia aqui porque, como disse sempre a vocês, eu pretendo fazer uma coordenação transparente de tudo o que está rolando no assunto óleo lubrificante usado ou contaminado, assim como já fiz com o Relatório do Conama que abri para todos nós mexermos nele e daqui para frente ser assim, como fiz em outras considerações.

Para encerrar e não deixar nenhum mal-estar, na realidade é isso mesmo, são coisas que estão ocorrendo, que têm a oportunidade agora de estarem na mesma gerência, o que não ocorria antes. Antes era inclusive muito mais difícil porque o assunto Resolução Conama 362, de 2005, não era nem contemplado dentro do orçamento. Era um assunto que era tratado na ação PPA do petróleo, quer dizer, se sobrasse alguma coisa lá do petróleo aplicava-se no refino se pudesse. E conseguimos virar essa ótica. Saímos da dependência da ação petróleo do Ministério e estamos dentro de um produto no Projeto BRA 020 do PNUD, o que nos dá essa teórica facilidade de estar ajudando a promover todos esses eventos, as quantidades de viagens e reuniões que fazemos.

Então, eu quero crer que a cartilha que vocês revisaram e propuseram será a que em breve estará nutrindo esses módulos desses cursos conforme acordado com a Dra. Taís. Eu não vejo nenhum problema. Só gostaria de pedir uma coisa, vocês estão esquecendo uma coisa básica, tem que se identificar toda hora de falar, pois o rapaz não sabe quem somos.

RUY RICCI (Sindilub) – Encerrando, primeiro eu acho muito importante ter trazido essa informação e até agradeço porque seria muito desagradável para nós que estamos aqui trabalhando, principalmente nós que representamos setores da sociedade e participamos de grupos do IBP e de outros grupos, de repente, eu que tenho sido um defensor de quatro anos aqui com vocês do nosso programa, de Conama, com muita dificuldade às vezes, com muita resistência por alguns setores, ser pego de surpresa sem uma informação dessa.

Primeiro, então, eu agradeço e entendo. Eu acho que o trabalho é grande.

Eu também conheço e compreendo o programa Basiléia, a importância desse programa Basiléia, o compromisso do governo brasileiro com esse programa. Simplesmente foi uma pena só esse problema que agora vai ser corrigido, de comunicação. Acho que nós poderíamos ter junto contribuído para o sucesso maior desse evento. Mas era somente isso que queria falar. Obrigado.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Obrigado, Dr. Ruy. Bom, algum mais outro informe? Posso passar para o segundo item de nossa pauta? O segundo item de nossa pauta já é clássico, que é a aprovação da transcrição da 11ª Reunião Ordinária. Alguém aqui tem algo a mudar ou transferir? Não? Considera aprovada a transcrição da 11ª Reunião Ordinária.

Vou fazer os seguintes comentários com vocês: desde que assumi a coordenação desse grupo eu tenho feito uma pré-revisão dessas transcrições e, selecionando alguns cortes, eu peço a vocês que, quando eles remeterem, vocês olhem direitinho porque eu posso estar mutilando alguma coisa nas transcrições e vocês não estarem sabendo. Bom, eu gostaria que, dentro da minha “ecoansiedade” de dizer a vocês o seguinte: eu continuo com o compromisso assumido de fazer todas as atas de todas as reuniões até hoje e vou repetir o pedido que fiz à minha antiga gerente Taís para a atual, Zilda. Eu sou um péssimo redator de ata, só que a Taís comentava da falta de pessoal para nós trabalharmos e agora temos agregado alguns jornalistas que chegaram pelo concurso e eu gostaria de pedir que conversássemos com alguns deles. Estamos indo para a 12ª RO e não temos ata e seria um trabalho interessante para quem está começando no Ministério uma atividade, pega o histórico todinho. E, claro, eu pretendo contribuir para ajudar, mas eu não tenho tido tempo realmente... eu sou um pouco perfeccionista com as coisas, fico com medo e prometer e não fazer. Então, estou prometendo de novo e espero fazer. Ruth.

RUTH TABACZENSKI (Deconama) – Um assunto ligado à transcrição, a divulgação dos trabalhos do GMP, porque foi conversado em uma outra reunião a sugestão da Zuleica e o grupo aprovou que todo o material do GMP passasse a ser divulgado numa página do MMA. Então, eu não sei como está isso, se realmente vai acontecer ou não, ou se vai continuar sendo feito através de uma página do Conama, que é ligado ao MMA, porque inclusive estamos precisando atualizar todos aqueles dados, tem algumas coisas que passaram justamente por esse momento de transição, algumas coisas ainda estão precisando ser divulgadas, ou seja, não ficou nem no Conama, nem no MMA. E precisamos definir isso, porque o GMP, muita gente pergunta o que está acontecendo, como que eu acesso. E não temos um local até agora definido oficialmente.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Ruth, foi bom você ter tocado nesse assunto que é o seguinte: nós vamos continuar provisoriamente hospedados no Conama. Primeiro porque o *site* do Ministério está sendo reformulado totalmente, a sua plataforma, a pedido do ministro Carlos Minc. Então, nós temos que esperar essa mudança de *software*, *hardware* e outras coisas para funcionar. E, segundo, eu vou fazer um comentário aqui que é o seguinte: para que saíamos do *link* do Conama para a página principal do Ministério com o *banner* que possa ser acessado, a articulação que desenvolvi não deu resultado. Vai ter que ser uma articulação de gerência para cima porque no meu nível eu realmente não consegui da CGTI essa... eu consegui apenas entender que é possível ter no *site* do MMA o *banner* do GMP que remete ao Conama. Só que tem um detalhe que Zuleica sempre toca no assunto e é um assunto “grave” nesse tema, que na realidade lá no Conama nós ficamos dentro de Câmara Técnica como se fosse um grupo técnico e nós não somos um grupo técnico do Ibama, do Conama, nós somos um grupo de monitoramento permanente completamente diferente de tudo. Então, também essa adaptação é que a CGTI falou: se for para “linkar” vocês direto da página para lá é a coisa mais fácil do mundo, se for para tirar vocês para pôr na página, bom aí (00:46:48) só lá em cima resolve. No meu *métier* não resolve não, entendeu?

RUTH TABACZENSKI (Deconama) – Realmente tem essa questão e no Conama está situado dentro da Câmara Técnica de Saúde e Saneamento porque a Resolução saiu da Câmara Técnica de Saúde e Saneamento e isso já é uma estrutura, é toda uma programação, são feitos programas e essa é a estrutura do Conama. Nós temos só essas modalidades: grupos de trabalho, câmaras técnicas, plenária. Então, o grupo entrou como um grupo, não está lá dito, que é um grupo da Câmara Técnica, mas está lá no local onde é na Câmara Técnica. Dentro do Conama também é difícil mudar toda essa estrutura. Vai ser, sei lá, um trabalho de programação geral junto com a CGTI. Lógico que não é impossível. Agora, o Conama está lá, o pessoal já falou: não tem problema permanecer aqui porque inclusive para nós é uma coisa de rotina. Mais do que rotina do Conama tudo tem que ser divulgado. Então é um trabalho comum, corriqueiro para nós, diferente do MMA que nem tudo é colocado, divulgado. Nosso trabalho já é um conselho onde participa toda a sociedade, todo mundo quer saber e tem o direito de saber. É um trabalho diferente. Então, para nós é supertranquilo fazer isso, mas vai depender de todo esse procedimento, MMA junto com a CGTI.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Os próximos inscritos são Alberto e depois Zuleica.

JOSÉ ALBERTO (Sindirrefino) – Edmilson, é o seguinte, nós temos que voltar à nossa origem. Nós somos MMA, nós não somos Conama. Nós somos, aliás, oriundos de uma Portaria MMA. Então, veja, está se mudando o portal... A portaria é MMA. Nós somos MMA. Você falou que está sendo revisado o portal do MMA. Então, nada mais justo que nessa nova estrutura nós fiquemos no devido lugar. Não somos Conama, somos MMA. Então, somos um *link*, na página inicial, que vai dentro da gerência. Certo, Zilda?

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Posso te fazer uma observação? Na nossa estrutura as gerências são *pro formas*.

JOSÉ ALBERTO (Sindirrefino): Tá bom, então na nossa diretoria.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Na nossa secretaria.

JOSÉ ALBERTO (Sindirrefino): A questão é a seguinte: nós temos que estar no portal da MMA e respectiva secretaria.

ZULEICA NYCZ (Apromac) – Justamente, voltamos para a questão de nossa identidade. Nós estamos construindo nossa identidade no fundo. Quer dizer, nós não somos um grupo de trabalho da Câmara Técnica de Saúde e Saneamento. Isso já está mais do que claro. Se fosse para continuar mesmo que temporariamente no *site* do Conama, deveria como um grupo assessor, como diz o Regimento Interno, grupos assessores para acompanhar o monitoramento. Mas nós não somos grupo de trabalho de câmara técnica porque nós fomos criados por uma Resolução do Conama, que, agora uma vez publicada, não está mais no âmbito das câmaras técnicas. Saiu da alçada do Conama e passou a ser de público. É uma Resolução para todo cidadão agora. E essa Resolução tem um artigo que diz: será criado um grupo coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente. Então esse grupo não é grupo de trabalho de câmara técnica, ele é um grupo que não existe similar. Infelizmente, nós da Apromac, como te falei, tentamos para pilhas e baterias, tentamos para uso agrícola de lodo de esgoto, gostaríamos que todas as resoluções tivessem grupos acompanhando e colaborando na implementação. Voltamos a falar de nossa identidade. Por que o Ministério do Meio Ambiente não nos assume, até mesmo colocando na sua página? Qual é a dificuldade? Reforço as palavras do Zé Alberto também. Somos um grupo novo no processo, eu sei que tem de APPs também, grupos de APPs no Conama, por exemplo. Eu olho na página, não estão dentro das câmaras técnicas, estão lá separadas, mas eu não quero que fique no Conama. Sinceramente, Ruth, prefiro que vá para o MMA porque é um grupo coordenado pelo MMA.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Eu só gostaria, vou pedir mais uma vez, Zuleica, que você não faça essa frase que o Ministério não assume o grupo porque nós já tivemos um problema uma vez com isso e não vou deixar. Ruth.

RUTH TABACZENSKI (Deconama) – Só um comentário rápido. Zuleica, ele também não pode aparecer como um grupo assessor porque ele não é um grupo assessor. Não temos outras classificações como te falei, mas independente disso só quero dizer o seguinte: o Conama está disponível para que isso aconteça, que permaneça lá, mas também não é imprescindível para o Conama que isso aconteça. É um trabalho realmente do Ministério do Meio Ambiente, uma coordenação do Ministério do Meio Ambiente. Agora, só quero informar a todos que o *site* do Conama é o mais acessado de toda a Esplanada do Ministério. Então, estar no *site* do Conama é estar bem visualizado para muita, muita gente da sociedade, bem mais do que o MMA e bem mais do que vários ministérios. O *site* do Conama é o mais... isto é estatística da CGTI.

ZILDA VELOSO (Ibama) – Oh, Ruth, eu vi que está no Regimento Interno ou nas atribuições do Conama a história do monitoramento e da implementação das resoluções. Eu acho que poderia haver as duas coisas. Eu acho que poderia haver dentro do *site* do Conama uma diferenciação do que é grupo de acompanhamento da implementação das resoluções, que é mais ou menos isso. Relacionar lá esses grupos numa barra diferenciada no *site* do Conama. E nada impede que como o Ministério do Meio Ambiente, que é o coordenador, sei lá daqui a uns anos pode ser a Amma, o Ibama, que seja coordenador de outro grupo no futuro e que tenha o mesmo *link*. Um se reporte ao outro, não interessa quem vai hospedar, mas a notícia é bom que conste nos dois lados. Tem um chamamento e uma explicação. Eu até posso conversar com o Nilo sobre isso. Conversamos com o Rudolf e depois conversamos com o Nilo para que haja uma diferenciação no *site* do Conama do que é grupo técnico, câmara técnica já existe, mas o que é o grupo técnico que normalmente está dentro da câmara técnica. Tem ainda esse grupo de implementação da Resolução e o lugar dele é realmente no Ministério. O Edmilson colocou aqui que o Ministério está passando por reformulação na página e isso nós vamos zelar, para que tenha um espaço para isso, como teve no passado, Edmilson. Eu lembro que alguns anos atrás, talvez até Zé Alberto lembre disso, foi quando Isabela foi diretora da outra vez. Não tínhamos aqueles GTs de acompanhamento de alguns assuntos? Teve depois o do óleo, tinha um GT do Ministério que acompanhava; tinha o das convenções e tinha um espaço, tinha o do Mercosul... é acabou! Mas na época tinha já na página da Secretaria, tinha um espaço para isso.

Eu acho que podemos fazer as duas coisas. Agora, precisamos ter cuidado, Zuleica, e aí é uma crítica pessoal minha. Eu acho que o grupo de acompanhamento da implementação da Resolução, nesse caso do rerrefino que envolve toda uma ... (00:55:37) voluntária para coleta, eu acho ele perfeito. Eu particularmente achei que para pilhas e baterias não tinha muito sentido ter um grupo. Eu particularmente achei, posso até estar errada. Agora, acho que para pneus existe essa necessidade e ninguém propôs. O problema é o seguinte, veja bem, você vai participar de dois ou três, e 90% das resoluções do Conama nessa área caem para o Ibama executar. Mas o Ibama não tem nem gente nem recurso para financiar grupo. Eu não tenho recurso para financiar grupo... nem facilidade nem recurso no Ibama; o Ministério tem, desde que perfeitamente alocado, mas o Ibama não tem de jeito nenhum, o Ibama não tem como fazer isso. Mas quem tem de executar é o pessoal do Ibama, o Ministério não executa, quem executa é o Ibama. (voz inaudível da Zuleica)

O que eu acho é que não podemos perder o foco do assunto. Tem que saber exatamente o que vai ser monitorado, para que vai servir esse grupo. Eu acho que nesse caso tínhamos muitas arestas para resolver, que não podiam ser resolvidas simplesmente com a Resolução. A finalização do texto não ia nos dar a atividade final que nós pretendíamos. Por isso que, neste caso, eu acho que o grupo é perfeito. Eu acho que em alguns casos ele não se aplica, opinião minha. Até porque eu nem voto, você vota, eu não voto, eu só dou opinião, mas em alguns casos ela vale ou não vale. Eu acho que a podemos estar resolvendo o assunto do *site* dessa forma, numa conversa, garantir que no Ministério tenha algum espaço para isso nessa reformulação e conversando com o Nilo para que o Conama também coloque uma explicação um pouco mais detalhada sobre o que é esse grupo de acompanhamento da implementação da Resolução.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Carmem Níquel.

CARMEM NÍQUEL (Fepam/Abema) – Muito já foi dito até das minhas colocações, mas eu vejo até por uma questão de finalidade de Conama e Ministério do Meio Ambiente que cabe ao Ministério a implementação das políticas. Assim ligados, excelente a divulgação no Conama, não pode deixar de ter também, mas o Ministério, sendo coordenador, tem que estar lá a divulgação para que não se dê esse caráter de que está sempre em eterna mudança, nunca se deixa nada concretizado. E existe sempre aquela linha das pessoas que não foram ancoradas em seus anseios no que foi postulado nas resoluções e nós nunca temos definições claras para onde se está indo em função de uma eterna refazenda das políticas. Então, fica sempre aquele grupo ligado ao Conama.

Eu temo por isso, que não cheguemos a implementar, está gastando energia na implementação e, como está ligado ao Conama, alguns ainda acham: Ah! não, está naquele grupo ligado à Resolução. Então, isso aí é para fomentar uma alteração, mais isso. Acho que tem que estar no Ministério também, nos *links*, tudo. E o importante é ter atualidade e divulgação até para que nós, estando junto no Ministério, fiquemos um pouco mais interfaciados com esse pessoal que está trabalhando junto com o CNTL porque eu já vi eventos, tenho *report* de eventos realizados nessa área, principalmente de óleo de usinagem, que é uma coisa que conhecemos também e que foi desastroso em função do desconhecimento das pessoas envolvidas.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – OK! Bom, para fechar esse item, que foi a aprovação da transcrição da 11ª Reunião Ordinária, eu gostaria de comentar com vocês... eu estava falando após a fala do Dr. José Alberto que, com a história de tentar ir atrás de uma melhor visibilidade do nosso GMP no *site* do MMA, eu aprendi uma coisa também que nos reforça tecnicamente o fato de termos um espaço na página do Ministério do Meio Ambiente. Foi uma explicação que estavam me dando que, dentro do *link* do Conama, nós temos limitações de memória para alçarmos vãos mais altos, o que na página nós não teríamos.

O que é que isso quer dizer? Nós poderíamos, por exemplo, estar disponibilizando as palestras das oficinas no *banner* do MMA devido à sua capacidade de memória. Então, acho o que ganha mais pelo seguinte: nós estamos indo para a terceira oficina e o pessoal da primeira e segunda oficina fica me ligando, me passando *e-mail*, pedindo as palestras porque não conseguem acessar nem na Anamma nem no Sindirrefino devido ao peso que essas palestras não conseguem ser

colocadas nos *sites* que aqui mencionei, Sindirrefino e Anamma. Eu acho que estamos com o compromisso, acredito que eu e Zilda vamos consegui-lo, ela mencionou muito bem o Dr. Nilo. Acho que ele vai ser um interlocutor para esse assunto e mais uma vez nós vamos correr atrás. Antes de passar para o terceiro item de nossa pauta, vamos tomar um cafezinho e uma água. (Pausa para o café.)

## **PARTE II – Após *coffee break* (manhã)**

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Senhores, nós vamos reiniciar nossa Reunião Ordinária, conversando um pouquinho aqui. Nós temos a chegada de membros do GMP que eu gostaria que fizessem a sua identificação. Por favor, passem os microfones para os colegas que chegaram.

RICARDO BAPTISTA (Sindicom) – Bom dia a todos, desculpem o atraso, Ricardo da Petrobras, representando o Sindicom.

CLÁUDIO DUTRA (AMP) – Bom dia a todos, Cláudio Dutra, da AMP.

CARLOS EDUARDO MONTEIRO (ANP) – Bom dia, Carlos Monteiro, Agência Nacional do Petróleo. Se for o caso de não interromper novamente, o Eduardo está entrando... Eduardo, também da Agência Nacional do Petróleo.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Tudo bem, quando o Eduardo e o Mattei entrarem, eu peço para eles se identificarem.

Vamos ao terceiro item da nossa pauta que é a avaliação da segunda oficina regional, que foi realizada, em julho de 2008, em Natal. Diferentemente da primeira avaliação feita sede da Fiesp sobre a oficina de Goiânia, a primeira oficina, dessa vez eu vou começar fazendo a avaliação, numa deferência pessoal ao Dr. Ruy. Dr. Ruy na reunião de avaliação da oficina de Goiânia, o senhor havia dito ao grupo na avaliação e eu tomei um pouco pessoalmente para mim algumas das suas observações muito pertinentes e, dando uma prestação de contas a todos, mas em especial à sua observação. Uma das suas observações naquele momento, eu tenho tentando cumprir o que acordei naquela ocasião, naquela avaliação, e tenho conseguido trazer os retardatários para as oficinas subseqüentes. Então, foi com muita felicidade que conseguimos levar o Estado do Acre e o Estado de Roraima à oficina de Natal porque eles não haviam indicado nem inscrito ninguém. O mesmo está ocorrendo para essa terceira oficina nossa em que o Estado de Alagoas e o Estado de Sergipe não se fizeram representar em Natal e agora vão se fazer representar aqui. Então, gostaria de primeiramente dar essa informação pessoal, mas ao grupo também.

Sobre a questão da avaliação mais direta, eu vou dizer umas coisinhas para vocês. A articulação MMA, Abema e Anamma, nas inscrições, se encontra muito deficiente. A culpa são dos três. Vou explicar por quê. Primeiro porque o MMA é obrigado a cumprir uma liturgia, como gosta muito o Dr. Nilton Bastos de mencionar em nossas reuniões, de comunicação de secretariado para secretariado. O que é que isso faz de ruim para a estrutura? Chega nas secretarias estaduais de Meio Ambiente e de certa forma “ficam engavetados”, quando são descobertos por ingerências nossas os ofícios com muito ardor da Carmem, que é representante da Abema, da Celma, da Anamma, minha também e de um quadro que nos ajudava muito e era secretária do presidente da Abema, Dr. Eugênio, a Cassilda, que agora também não trabalha mais na Abema – nós perdemos uma ajuda fundamental. Nós vamos ter que vencer, caso queiramos, viu, Carmem e Celma, Abema e Anamma. Nós vamos ter que procurar vencer essa lentidão dos acontecimentos para os próximos trabalhos que possamos realizar ainda este ano e no próximo ano, ou seja quem for, porque isso nos traz uma dificuldade muito grande que não é bom para o grupo e eu vou mencionar por quê. O atraso

nas inscrições faz com que os últimos venham para as oficinas sem as diárias, o que os coloca numa situação ruim perante os colegas que foram inscritos primeiro. Então, cumprir as datas de limite de inscrição é fundamental, não é uma implicância do coordenador, não é uma implicância da gerência, não tem jeito, porque vou viver esse mesmo problema a partir da amanhã. A grande maioria tem as diárias, uma parte não tem as diárias. E eles ficam perguntando: por que eu não tenho? Por que eu não tenho? E é uma situação de certa forma constrangedora.

Outra coisa é o seguinte: no caso da primeira oficina, que foi a Região Norte/Centro-Oeste, e da segunda oficina, que foi o Nordeste, evidenciou-se uma certa facilidade com relação à ida de representantes da Anamma porque se concentravam na capital dos Estados ou no entorno das capitais. Já no caso da terceira oficina que começaremos amanhã, cidades do interior do Rio Grande do Sul nos trouxeram um novo elemento que é o fato do pessoal não ter preenchido no campo de observações que: 1) não desejavam ir de avião; 2) que tinha um aeroporto perto porque o Ministério do Meio Ambiente conduz os seus participantes por meio de aeroportos. Aqueles que vão por meio de ônibus, nós ressaltamos a passagem e aqueles que vão por condução própria não tem jeito, o tíquete-abastecimento não existe para nós, o de combustível. Então, nós vamos ter que ver, Celma, para as próximas, principalmente porque vamos fazer uma futura agora, em dezembro, no Sudeste, que, ao envolvermos as cidades, na hora que fizermos a ficha de inscrição principal, já temos que colher a informação do pessoal. Porque deu um pepino danado, porque teve gente que ganhou passagem de avião Porto Alegre–Florianópolis e não queria porque gastava mais tempo ir a Porto Alegre do que ir de ônibus a Florianópolis. Como isso não está explicado, não foi observado por eles, nós imaginamos lá no Ministério que vamos colocar todo mundo em Porto Alegre. É claro que eu olhava no mapa e falava: “Puxa, o pessoal vai viajar daqui a Porto Alegre!”. Mas eu não tinha essa observação. E a agilidade da licitação também nos pega “com as calças nas mãos” em muitos desses assuntos. Essa articulação insuficiente que eu digo entre MMA, Abema e Anamma não é uma nota zero, mas também não é uma nota dez. Temos que aprender, temos que melhorar e, acredito, estamos aqui também para isso.

O segundo ponto que eu quero dar um toque aqui para todos nós é o seguinte: em Natal, na segunda oficina, houve um esvaziamento horroroso da visita técnica. A Secretária de Estado do Meio Ambiente do Rio Grande do Norte nos propiciou um barco para uma visita técnica ao Rio Potengi e sua foz com 50 pessoas na disponibilidade do barco e só apareceram 14 pessoas. Não é bom, isso não é bom! Outra coisa, ao darmos os informes na próxima oficina, que começa amanhã, todos que viajam pelo Ministério do Meio Ambiente têm que assinar a ficha de visita técnica, mesmo que não a façam, pois só não foram cobradas as diárias do pessoal por uma desculpa que consegui convencer a turma do PNUD.

E agora eu vou tocar no assunto que é o mais polêmico de todos: falta de sintonia entre os palestrantes desde a primeira oficina. O que aconteceu em Natal foi horroroso! O que já tinha acontecido em Goiânia realmente já dava para arrepiar um pouco, mas o que aconteceu em Natal foi duro de agüentar. E vou dizer uma coisa: se o Ministério de Minas e Energia compreende uma outra interpretação sobre a Resolução, principalmente sobre seu artigo 3º, que se evite o confronto que houve com a Apromac, que pegou muito mal, foi até relacionado pelos participantes nas observações da avaliação da oficina. E eu acho que nós vamos ter que chegar a um acordo sobre essa conversa quando mencionada lá. O Dr. Cláudio Shihara, após a oficina, me procurou lá em Brasília e ele me pediu que colocasse que o Ministério de Minas e Energia não entende a Resolução Conama somente para o rerrefino. O Ministério de Minas e Energia entende que, através do seu artigo 3º, existem outras finalidades ou possibilidades de uso ou reuso do óleo lubrificante usado. Eu sei por conversas com os mais antigos deste grupo, desde o tempo da revisão da Resolução 9 de 1993, que esse assunto não é uma coisa pacífica dentro do nosso grupo ou do que prevaleceu antes do grupo. E eu não sei o que fazer conosco, ou vou pedir uma sintonia, ou vou ficar assistindo de novo o Hassan fazer sua apresentação com uma defesa própria e bem-feita a respeito dos ...(? 00:12:28) e dos órgãos ambientais municipais de que o rerrefino é a solução e vou ter que ver o Ministério de Minas e Energia, membro também desse grupo, contracenar ou ser contra a colocação. Eu não esperava, realmente fiquei surpreso, era o mediador da mesa, as coisas começaram já na apresentação da Zuleica, depois a coisa se apertou na apresentação do Hassan.

Então, eu vou abrir um espaço para conversarmos porque primeiramente vou voltar a dizer para vocês: não é de bom tom que nossas diferenças sejam mostradas para um público que queremos capacitar. Porque todos foram claros, inclusive alguns acharam até interessante – “Puxa,

como a democracia é interessante, vocês brigam entre si na frente da gente, sem nenhum problema, nos *coffee breaks*. Isso é que é legal!”. Então, tudo bem, maravilhoso! Maravilhoso para a platéia que está assistindo. Está aberta a palavra e as inscrições são comigo. Carmem Níquel.

CARMEM NÍQUEL (Fepam/Abema) – Por partes. A avaliação da oficina com relação à motivação e conexão com as pessoas, como faço parte dessa Região Sul, que congrega agora o grupo da terceira oficina, eu tive a experiência bem próxima. Avisada que fui pelo coordenador do *e-mail* relativo aos ofícios aos Estados, eu pedi que me fossem enviadas as cópias dos ofícios que foram enviados aos Estados. Esse ofício foi enviado e é datado de 8 de julho, para nós estarmos realizando a oficina em setembro. Foi enviado em 8 de julho, porém ele fica nas secretarias, ele é encaminhado às secretarias. Até já fiz sugestões com relação ao conteúdo dele porque realmente as secretarias recebem o ofício e quando, de posse do número, eu fiz contato com o pessoal da secretaria lá da Sema, à qual a Fepam está ligada, e até achar o ofício foi um problema. Todo mundo tem noção do que seja isso nos organismos em que trabalha ou tem contato.

Depois, quando eu contatei a pessoa que estava com o ofício – “Ah! pois é, eu recebi do secretário e como eu não sabia quem é que podia ser e tal, estava pedindo para ir um e outro...”. As pessoas de posse do ofício não imprimiram o programa, não entraram em contato com ninguém do órgão ambiental... é assim que as coisas se dão! E isso que, olha, eu diria até que têm alguma noção do grupo. E é muito difícil, eu liguei para o Paraná. Olha, o que eu fiquei no telefone rastreando esses ofícios aqui, em Santa Catarina, no Paraná, para motivar os colegas, para dar as instruções – “Ah! mas eu recebi; ah! não recebi; mas, afinal, qual é o programa?”. Quando chega nas pessoas, ninguém nem sabe para o que vai, para o que está sendo designado. Eu falei com o pessoal dos municípios também. Quando eu falei lá na Famurs (Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul), eles não tinham recebido nada. Então, tem essa dificuldade realmente, há os municípios que são ligados à Anamma que não são os municípios ligados à federação dos municípios, nem são os municípios maiores, nem os menores. Não tem critério, não tem regionalização, eu não sabia para quem a Anamma estava mandando. É uma caixinha de surpresa! Eu acho que falta um domínio nosso, do que nós queremos e onde queremos chegar, porque nós conhecemos os Estados, nós temos obrigação de conhecer, para fazer essa logística.

E com relação à organização do evento, nós fizemos na sexta-feira lá em Natal uma avaliação quando estávamos saindo para o passeio. Foi o Hassan para a visita técnica, além da Celma, o Edmilson, a Ruth e eu. Enquanto estávamos ali aguardando, fizemos uma breve avaliação de algumas coisas. Há toda uma questão de logística operacional que vamos ter que colocar... hoje vai ter que ter um subgrupo, nem que seja aqui designado, para fazermos o *slide* inicial, que tenha as informações sobre tudo, a logística, o que busca onde, o que tem de fazer, que tem que assinar a folha da ficha de visita... Nós temos uma série de avisos que tem que ficar no *slide* do início, em todos os intervalos, na sala do evento. São essas as avaliações.

Com relação ao conteúdo das palestras, o terceiro item, eu acho que nós não podemos ter interpretações que sejam pessoais. Esta é uma questão técnica e, analisando de ponto de vista de questão técnica, não há esse espaço, porque as coisas têm que ser analisadas em sua fundamentação. Se nós estamos falando de rerrefino e uma resolução da ANP que diz o que é rerrefino, que é o ganho na produção de óleo básico, isto é a definição de rerrefino. Não pode ser porque a Carmem acha, porque o fulano acha que não é bem assim. A Resolução 362 não pode ser avaliada do resto, como nenhuma legislação ambiental. Nós que trabalhamos há 30 anos com legislação ambiental, sabemos que muitas vezes a legislação tem que se reportar a algumas definições quando elas existem ou outras normas legais, ou a base técnica é a mais importante. Nós não podemos nos dar ao luxo de divergir por interpretações pessoais na frente daqueles a quem nós queremos trazer clareza. Eu encerro essa colocação dizendo que a análise tem que ser técnica e isso é que nós temos que passar para os órgãos ambientais, que é aquela dificuldade criada lá no artigo onde se diz que outra alternativa que dê o mesmo ganho. Isso é avaliação técnica, não é interpretação filosófica do que é ganho, é avaliação técnica em cima do que já está definido como rerrefino. Era isso.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Antes de relacionar os inscritos, eu gostaria que o Humberto e o Eduardo Carmo fizessem a apresentação para constar na transcrição.

EDUARDO CARMO (ANP) – Eduardo Carmo, ANP.

UMBERTO MATTEI (ANP) – Umberto Mattei, Ministério de Minas e Energia.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Os inscritos, pela ordem, são, Zuleica, Celma, Ruth e Mattei. Zuleica passou para Celma. Celma, por favor.

CELMA DOS ANJOS (Anamma) – Tudo o que o Edmilson colocou em relação às dificuldades, elas já vêm desde a primeira, com relação a esses debates entre os palestrantes. Ele já falou com todas as propriedades e não vou me ater a isso. Respondendo à questão da aceleridade das inscrições e, conforme a Carmem já colocou, as dificuldades são muitas e as inscrições dos municípios... Eu falo porque tive que me debruçar em cima de ligações para descobrir para onde tinham ido os ofícios do Ministério do Meio Ambiente, com o convite, a Resolução e o programa. Quando abriam o convite esqueciam do resto e não encaminhavam às pessoas que realmente deveriam ir. Eu tive que refazer um outro convite, esmiuçando bastante a Resolução, colocando os focos, a importância da questão do município inserido nesse treinamento. E isso via *e-mail* e via telefone, por vários e vários dias, até que com muito custo se conseguiu. E o Edmilson no meu pé, cadê as inscrições da Anamma, o pessoal na fala e aí eu ligo: “Alguém já entrou em contato? Até agora, não!”. E eu fiquei maluca. Alguém estava engavetando isso e não estava repassando.

Com relação ao passeio em Natal, é visita técnica, desculpa. Essa visita tinha na verdade 50 inscritos. Eu fiquei chateada em ver que, na verdade, não foram 14. Eu contei, até então eram 11, é porque 3 eram do local e eles também queriam ir. Eles foram, então deram os 14, 15 que o Edmilson falou... é, para dar quórum.

Eu peço desculpas ao coordenador porque no início eu estava mandando os *e-mails* ao pessoal e esqueci que agora são três formulários. E aí ele me desesperou e mandei tudo de novo, refiz tudo. Com relação a esse sincronismo que a Carmem falou, eu acho que está faltando mesmo. Ver para que município faríamos o convite. Eu repassei vários *e-mails* à Carmem e ao Dr. Walter Emir também, porque nada melhor que eles dois falarem: “Celma convida... a Anamma deve convidar esse, esse, esse município por isso, por isso, por isso”. Eles conhecem muito mais os municípios da Região Sul do que eu propriamente. Então, os convites... eu repassei uma lista para eles e eles me reportaram com aqueles que eles achavam que seriam muito importante que eles se apresentassem. Por isso é que houve uma demora nesses convites.

A sugestão que eu também acho que deve haver é uma sala de apoio para centralizar todas as informações, todas as solicitações do desenrolar das oficinas, uma pessoa que fique fixo dando esse apoio porque a correria é muito grande e você tem que prestar atenção em tudo que está acontecendo, dar apoio à questão de material, de recebimentos, se vai ou não vai alterar alguma coisa na programação, e isso desgasta um pouco.

Outra coisa também que não sei se vai ser a hora, mas eu já estou com a mão no microfone e vou aproveitar e falar. Em Goiânia tivemos o apoio da Fieg, que é do município de Goiânia; o apoio da própria Amma com traslado e tudo; a Anamma, que é local, e outra empresa lá que nos auxiliou. Em Natal, eu pensei que fosse difícil. Foi difícil, mas nem tanto, conseguimos o apoio local da Fiern e do Sindipostos, que nos deu o maior apoio e fez o traslado e deixou o carro à disposição, foi tranquilo. Aqui eu tive uma dificuldade muito grande com relação a essas parcerias, liguei para vários e a Carmem me auxiliou com relação aos órgãos municipal e estadual para nos apoiar com relação a esse traslado e não houve êxito. Só registrado que o pessoal do Sindipostos não foi nem um pouco amistoso. Eles de pronto foram taxativos: “Não, não temos interesse”. Eu achei estranho, mas só quero deixar registrada a forma que o não deles foi dito, que eu acho que estiveram muito errados nesse ponto. Bom, a princípio é isso, a hora que eu for lembrando, vou falando.

RUY RICCI (Sindilub) – Eu também faço parte da Fecombustível e a Fecombustível é que reúne todos os sindicatos dos postos. Essa informação que você está dando que não teve apoio, vou levar para a Fecombustível e se você, particularmente, quiser dizer com que você teve esse contato, eu te agradeço.

CELMA DOS ANJOS (Anamma) – O presidente do Sindiposto de Floripa.

RUY RICCI (Sindilub) – De Florianópolis?

CELMA DOS ANJOS (Anamma) – Sim. Ele disse que já tinha tido uma parceria muito recente e que não tinha interesse nesta, tá?

RUY RICCI (Sindilub) – Ricardo, você sabe quem é?

CELMA DOS ANJOS (Anamma) – Eu tenho um *e-mail* resposta, depois... Alexandre... lembrei.

RUY RICCI (Sindilub) – É de se estranhar, você também participar lá da Feira de Combustíveis (? 00:28:30). Eu vou levar.

RICARDO (Sindicom) – Na verdade, Santa Catarina tem uma particularidade em função de um sem-número de sindicatos que existem de postos de gasolina. O Ruy deve saber melhor que eu. Então, tem que tomar cuidado quando se cita isso numa transcrição. É interessante identificar qual foi esse sindicato que se negou, porque, se não me engano, mesmo em Florianópolis tem mais de um sindicato de postos de combustível.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Deixa eu dar uma organizada aqui porque estão atropelando as inscrições. Só... fica tranqüilo, Ricardo, Dr. Ruy, eu tenho feito um pente-fino nas transcrições e vou fazer a retirada, a mutilação do assunto Sindipostos. Seguindo as inscrições, Zuleica, Mattei, Ruth.

ZULEICA NYCZ (Apromac) – Voltando à avaliação da última oficina em Natal, realmente foi desagradável, tem sido desagradável fazer esses debates na frente das pessoas que estamos capacitando. Eu acho que o Ministério de Minas e Energia, e este é o ponto principal da última reunião porque a questão da incineração também foi... Eu estava respondendo a uma pergunta e começou um grande debate.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Incineração só no vulcão, né?

ZULEICA NYCZ (Apromac) – Exatamente, começou um grande debate. Isto também poderia ser evitado, era uma pergunta só que eu estava respondendo de uma senhora. Ela perguntou a minha opinião. Mas, no caso do Hassan, que eu acho que é mais sério, é o seguinte a parte dele. Ele fez, como disse a Carmem e disse a Celma, uma... não é uma interpretação pessoal da Apromac, é uma interpretação da Resolução à luz de todos os instrumentos jurídicos que existem, desde as competências do Ministério de Minas e Energia que determina que o óleo lubrificante não é um

combustível, portanto não pode ser queimado, não pode ser utilizado, enfim, para produção de energia. Ele é lubrificante, ele é classificado como tal. Tem as portarias, como disse a Carmem. Sabemos já quais são as definições, são definições históricas. Eu só estou fazendo esse preâmbulo para ver se alguém é contra ao que eu estou dizendo, porque é uma hora importante. O que eu trago aqui é o seguinte, essa questão da interpretação do artigo 3º, à luz dos diferentes instrumentos jurídicos, é algo que temos que debater entre nós se houver qualquer problema. Se alguém acha que não, que essa leitura que está sendo feita técnica não condiz com a realidade tem que dizer por quê.

Eu acho que devemos desafiar. Eu até peço ao coordenador que acho que, vindo de uma instituição como o Ministério de Minas e Energia, uma suposição ou proposição de que a interpretação que está sendo dada pelo grupo, porque o grupo concordou. A Apromac não está lá defendendo a posição da Apromac nem do Hassan, está defendendo uma posição que é de comum acordo do grupo, menos do Ministério de Minas e Energia. Então, o Ministério de Minas e Energia precisa ser, acho que requerido, a apresentar, seja por escrito ou em exposição oral neste grupo, qual é a sua pretensão ao querer levantar esse debate, onde estão os argumentos e tudo para que resolvamos isso aqui e não novamente lá porque o Hassan vai continuar fazendo a palestra dele em comum acordo com o grupo. Ele foi designado para isso, o conteúdo da palestra dele é de comum acordo, foi submetido, todos aprovaram e o Ministério de Minas e Energia em nenhum momento desaprovou. Não é correto que ele vá justamente desaprovar ou contrariar na frente das pessoas que nós estamos justamente querendo capacitar. Eu faço essa proposta de encaminhamento.

E a segunda coisa que eu queria lembrar das avaliações é o que nós vamos fazer para avaliar daqui a algum tempo, se existe um projeto, se existe uma perspectiva, uma vontade do Ministério do Meio Ambiente, que coordena esse grupo, de verificar, de aplicar alguma metodologia de acompanhamento dessas oficinas para ver se resultou em algum efeito prático no processo de licenciamento, se passou nesses órgãos, nessas regiões e naquelas pessoas que participaram representando aqueles órgãos, se naqueles órgãos passou a acontecer de fato um programa de revisão das licenças, os efeitos práticos disso. Eu sei que é mais caro ainda de repente do que fazer as oficinas, mas é importantíssimo. Não sei se vocês concordam. É, talvez estou exagerando um pouco porque (Intervenção fora do microfone ? 00:34:13). Porque o objetivo, não, o recolhimento não, eu estou falando do licenciamento, porque uma das propostas das oficinas é ensinar ou, vamos dizer assim, informar na verdade que a Resolução trouxe fatos novos para o licenciamento, dados novos, exigências novas. E algumas licenças, que já estavam em vigor na época em que a Resolução foi publicada, teriam que ter sido, e provavelmente muitas não foram, ou por desconhecimento ou dificuldades do próprio órgão, revistas (Intervenção fora do microfone ? 00:34:50). Exatamente foram traduzidos como cases nas palestras. A questão é: seria interessante, estou colocando aqui para vocês, já que estamos avaliando, seria interessante pensar nesse caminho também entre outros. Não vamos excluir outras possibilidades de avançarmos nas avaliações dos efeitos dessas, mas avaliar se essas pessoas que compareceram, que assinaram o nome, que foram ali representando aquele órgão, se elas levaram de volta para o órgão alguma coisa que gerou alguma mudança que se possa detectar, como, por exemplo, revisão – não é isso? – de licenças, ou uma nova cultura dentro do órgão para licenciar essa atividade. Enfim, quais são os esforços que estamos fazendo, que resultados positivos e negativos estão gerando. É uma proposta que eu faço.

UMBERTO MATTEI (MME) – Eu queria voltar ao ponto do artigo 3º da Conama 362, que o Ministério do Meio Ambiente tem um posicionamento diferente da Apromac...

ZULEICA NYCZ (Apromac) – Não é da Apromac, é do grupo.

UMBERTO MATTEI (MME) – Tudo bem, no meu entendimento da Apromac, conforme foi discutido com o Cláudio, ele pediu para enfatizar que, como não há consenso toda essa questão, se no futuro pudermos discutir a respeito dentro do grupo, mas que fosse evitada a deselegância que houve em Natal com o Hassan e o Cláudio discutindo e não tendo consenso na coisa. O entendimento que eu fiz com o Cláudio lá no MME não foi a fundo assim em outras legislações, foi no artigo 3º, parágrafo 3º também, que comprovada perante o órgão ambiental a inviabilidade de gestão prevista, que no caso é o rerrefino, que está escrito aqui, o órgão ambiental vai ter toda,

como se diz, poder, competência para dar outro encaminhamento. Esse foi o entendimento do MME, agora se... (Intervenções fora do microfone)

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Calma, deixa ele falar, pessoal. Afinal de contas, ele ouviu todo mundo.

UMBERTO MATTEI (MME) – Só para evitar a discussão lá dentro da apresentação da oficina, seria interessante como forma de princípio, temporariamente solucionar a questão, se evitar juízo de valor sobre o artigo 3º. Ler e pára por aí. (Interrompido com intervenções fora do microfone)

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Só um minuto, por favor, só um minuto. Tem uma ordem... você acabou de se inscrever, eu sei disso. Vou pensar em mexer no relógio. Ruth.

RUTH TABACZENSKI (Deconama) – Eu acho que essa questão do artigo 3º tem várias formas de interpretação, como em todos os assuntos que aparece no Conama porque os diversos setores têm interesses diferentes e cada um, obviamente, vai querer que o seu interesse seja atendido. Por isso que é tão difícil sair uma resolução. Todo mundo viu que, quando chegou ao final dessa Resolução, alguém lá na plenária do setor empresarial, que tem linhas diferentes, conseguiu incluir alguma coisa que não fosse só o rerrefino, alegando reserva de mercado, alegando que tinha outras tecnologias. O Conama tem todos os setores representados, todos têm sua força e todos conseguem colocar alguma coisa. Não sai perfeito para ninguém. Então, o interesse de um é atendido de alguma forma e o de outro também. O que se colocou no artigo 3º, que lemos aqui na Resolução, é que o rerrefino, sem dúvida nenhuma, é a melhor tecnologia até hoje, o que não implica que surjam outras tecnologias obviamente. Tanto é que, por isso, não foi fechado. Não foi fechado, deu até uma abertura para quem trata, a própria empresa, e o produtor retorna para a empresa, teve aberturas para todos. Então, não tem por que tanta discussão assim. Gente, vamos colocar o que é Resolução, é o rerrefino com abertura para alguma tecnologia que seja igual ou superior, não tem outra interpretação. Não tem por que ficarmos tão assim. Não podemos obviamente falar só rerrefino, que alguém vai vir atrás e ainda, de repente, processar todo o grupo por uma questão de reserva de mercado, uma questão de direcionar.

Realmente temos que deixar a coisa como está na Resolução. A Resolução, como já disse, tem força de lei porque é baseada em lei. O Conama tem esse poder, dado a ele por uma lei. Então, isso aqui tem que ser respeitado como uma lei, segundo os juristas aí presentes, não é só ser obrigado a fazer uma coisa em função de uma lei. A 693/81 dá esse poder ao Conama. Não há o ficarmos muito discutindo, brigando em grupo. É o que é, é o rerrefino com abertura para outras tecnologias iguais ou superiores, ou aquela questão de eu tenho o meu produto, mando lá tratar e me retorna. Bom, temos que balizar esse conhecimento, esse discurso, não temos que fechar tanto, mas também não temos que abrir tanto, para o pessoal entender exatamente qual é a filosofia. Só isso!

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Bom, os próximos inscritos são Celma e Zé Alberto, mas só que antes, Celma, a Zilda pediu para dar um...

ZILDA VELOSO (Ibama) – Eu só queria fazer um esclarecimento que o Walter deve lembrar disso. Isso aqui, se foi incluído, foi incluído em alguma redação. Esse artigo, já existiu o espírito dele na Resolução 09, quer dizer, nós tínhamos a preocupação já naquela época, em 1993, de se ter um artigo que não se fechasse só para o rerrefino ou que desse a possibilidade de outro tipo de destinação caso o óleo não pudesse ser tecnologicamente reciclado, se estivesse contaminado, alguma coisa que o valha. Eu não vejo nenhuma incoerência, mas isso não quer dizer que o rerrefino... leia o caput, gente, eu acho que essa discussão... eu não estava presente, mas essa discussão está sendo muito mal conduzida por parte, desculpa, do Ministério de Minas e Energia. O caput é muito claro. Todo óleo lubrificante usado, contaminado, coletado deverá ser destinado à

reciclagem por meio do processo de rerrefino. O que está listando abaixo é uma especificidade e acabou. O órgão de meio ambiente, aquele óleo pode estar contaminado, pode ter algum outro problema, acabou.

A Resolução que a Ruth falou... é perfeito. A Resolução não pode fechar em cima de uma tecnologia. Nós já tivemos um problema, na mesma época foi aprovada a Resolução 05/93, que falava em incineração de resíduos hospitalares. Aí, em seguida, o Ministério da Saúde fez uma portaria em que ele estimulava os órgãos estaduais de saúde a incinerarem seus resíduos perigosos. O que aconteceu, gente? Começaram a vender... o pessoal brinca... churrasqueiras, dizendo que aquilo era incinerador de resíduo hospitalar. Então, temos que ter o maior cuidado para usar os termos técnicos. O que se quis aqui, já que rerrefino é uma coisa muito específica, é colocar a possibilidade de no futuro, não quer dizer que não tenha, que não seja, que tenha uma brecha para se fazer outra coisa, não quer dizer que seja isso não. Não é o que está escrito. Não vou ler de novo, vocês sabem tão bem dos parágrafos subseqüentes. Desculpa eu ter entrado nessa.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Celma. (Intervenções foram do microfone). Por favor, só um minuto. Por favor, Carmem. Por favor, Apromac e MME, todo mundo está tendo a oportunidade de se pronunciar.

CELMA DOS ANJOS (Anamma) – Só complementando algumas informações. Lá na avaliação da oficina de Natal, os treinandos deram uma sugestão com relação a inserir essas palestras e envolver o pessoal, os geradores desse óleo lubrificante, usado e contaminado, trazer o pessoal que opera e gera esse resíduo para vivenciar o que acontece dentro das oficinas e para que eles levem. Isso foi uma sugestão dos próprios gestores municipais. Eles falaram da seguinte forma: envolver na oficina, além dos importadores e distribuidores, os geradores tais como postos de combustíveis, lava-jatos, postos de troca de óleo, oficina mecânica. Eu acho que trazê-los para dentro da oficina fica meio difícil, porém não impossível.

Com relação aos licenciamentos, o que tem retornado para mim de ligações de alguns municípios. Nesses licenciamentos, após as oficinas, estão ocorrendo os licenciamentos corretivos. Ao saírem das oficinas, chegaram lá e viram que algumas cobranças não são feitas, mesmo com o desconhecimento da Resolução, como agora, alguns municípios estão cobrando aquela nota em que eles estão encaminhando à empresa coletora o óleo lubrificante. Muitos municípios não cobravam isso. Então, isso já é um ganho, para registrar isso como um bom resultado em função das oficinas. Depois eu vou listar, quero ver se para São Paulo fazemos um apanhado geral de todas as ligações, quais os maiores questionamentos, fazendo um *link*, a diferença entre as oficinas ocorridas até hoje.

JOSÉ ALBERTO RODRIGUES SANTOS (Sindirrefino) – A Dra. Zilda exauriu meus comentários, mas o que eu queria falar era exatamente isso. Você não pode ler uma legislação no parágrafo que te interessa, você precisa ler esse parágrafo dentro do contexto, começando pelo caput e exaurir todos os parágrafos desse mesmo caput, se não fica uma interpretação esquisita, mesmo porque a Resolução não se resume a um artigo. Então, ficou claro aqui, é possível? É. Existe tecnologia? Não. E quando for? Quando for, tem que ter um rendimento melhor, igual ou superior ao do rerrefino. Então, está aí aberto. Hoje não existe na praça, no mundo conhecido, algo melhor que o rerrefino. Quando surgir outro sistema, porque a tecnologia evolui, aí o cara provando que o rendimento é melhor, a parte ambiental é melhor, a parte de saúde é melhor, então é outra questão. Agora você não pode ler, volto à Resolução, um parágrafo só. Isso é uma coisa.

Outra coisa, Zuleica, sistemicamente nós temos que obrigatoriamente avaliar as oficinas, aliás as oficinas já são um resultado de uma avaliação que fizemos de um seminário. Sistemicamente, você coloca alguma coisa, coloca na praça e depois tem que avaliar o efeito dela. O que você talvez esteja em dúvida é a metodologia que nós vamos fazer isso, mas isso nós vamos fazer depois de encerradas as oficinas e fazendo a primeira avaliação geral. Já temos aqui material, aí nós vamos ver qual a metodologia que vamos usar para avaliar. E isso teoricamente é um círculo contínuo, em que fazendo uma nova etapa vai ter que fazer outra até alcançarmos a nossa meta.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Os inscritos são Dr. Walter, Mattei e Zuleica.

WALTER FRANÇOLIN (Sindirrefino) – Eu posso ceder minha vez ao Mattei, eu gostaria de perguntar com ele porque o foco não é o problema do parágrafo 2º, mas acho que ele está centrado no parágrafo 3º e, sobre isso, gostaria de me manifestar depois.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Pode. Mattei.

UMBERTO MATTEI (MME) – A questão, como o Zé Roberto falou, do contexto, e eu estou preocupado com a oficina de capacitação. Nós estamos passando conhecimento para um grupo em que se está expondo que no entender deles a única opção é o rerrefino. O artigo 3º está bem claro, hoje a opção mais otimizada é o rerrefino. Tudo bem! Isso é consenso, perfeito! Está a abertura, como a Ruth falou, para outras tecnologias no futuro, perfeito! Agora, a questão é no parágrafo 3º que, comprovada a inviabilidade da destinação prevista. Aí o órgão (Intervenção fora do microfone ? 00:48:53) destinação prevista do óleo, certo? Se não tiver como levar ao rerrefino, o licenciador ambiental vai ter que achar outra alternativa, concorda? (Intervenção fora do microfone ? 00:49:02) Mas não fica a critério do órgão ambiental lá da região? Ele pode ter a competência para destinação sem ir para o rerrefino? Não pode? (Interrompido por intervenções fora do microfone)

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Se identifique, Carmem, por favor, tem que falar no microfone. Isso tem uma transcrição, depois é duro lá ficar descobrindo as palavras...

CARMEM NÍQUEL (Fepam/Abema) – Eu vejo que aqui carece de informações muitas vezes da prática do dia-a-dia de um órgão de meio ambiente, porque o órgão não faz a política de gestão dos resíduos, ele licencia o que se lhe apresenta, ou não. Tanto que eu digo, amarra-se o burro à vontade do burro dono às vezes porque não é visto se é otimizado, não é visto se aquilo já deu errado. Então, a responsabilidade é daquele que propõe, daquele empreendedor e daquele que ele usou ou não o responsável técnico habilitado e competente. Esta questão fica bem clara quando se fala em eficácia ambiental porque é o proponente que vai justificar o órgão ambiental e é isto que nós temos que passar para estes que são treinados na oficina. É uma certa visão de todo porque tem que ser técnico especializado para julgar isso, não é um administrador que vai fazer essa decisão do que é a tecnologia para produzir. E é isso que aí fora, o pessoal, que eu digo, que passa o domingo fazendo churrasco e segunda-feira liga para o órgão ambiental – “Sonhei que eu era um reciclador”. São enormes os casos de telefonemas que recebemos porque o carinho lá da esquina que ele viu, que conseguiu pegar óleo e armazenar, acha que pode fazer rerrefino. E eu vou mostrar um “slidezinho” de um que acha que está testando e pesquisando rerrefino num contêiner de mil litros e dois tambores de 18. Ele acha que está fazendo rerrefino. E aí cabe ao discernimento, ao conhecimento técnico e à força técnica que vai ter ou não o técnico de órgão de meio ambiente dizer que aquilo não é.

Nós não podemos induzir a raciocínios reducionistas da tecnologia. Se não tivermos complexidade, a questão é que também a Resolução tem que falar mais forte para todo mundo porque eu mesma bati horrores nesta questão de coleta. E o que nós estamos fazendo aqui? Nós estamos dizendo o que é coleta. Se está correto ou não o que é coleta, que envolve o transporte, que envolve pensar no destino, tudo. É como está na Resolução e é como a ANP, como o Ministério definiu assim em outras regras do jogo. É esse jogo que está sendo jogado, tanto que pouquíssimos lugares têm licença para coleta. É um ato e que se definiu esse ato como ato de recolher e transferir. Assim como se teve esse entendimento técnico e se usam os próprios argumentos da Resolução para fazer um entendimento, tem que ser feito o entendimento como um todo. Eu acho que essa dúvida nem existe e, se nós tivermos que discutir alguma coisa aqui, nesse grupo, nós podemos dar

meia hora para discutir o que é eficácia ambiental porque cada um tem entendimento do que seja eficácia ambiental e nós não precisamos discutir isso, que nós já levamos para rerrefino e numa resolução da ANP. Tanto que o folheto diz de novo porque eu também quero estar firme na orientação que nós estamos dando. Se o rerrefino tem essa definição para a Agência Nacional do Petróleo, é essa que nós vamos usar para interpretar a Resolução. É essa a reflexão técnica que eu acho que temos sempre que fazer.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Antes de ir para a Zuleica, o Mattei quer continuar.

UMBERTO MATTEI (MME) – Só para encurtar a discussão, não ficar indo muito longe. Diz o motivo aqui no parágrafo 3º, qual seria então, qual a terminação correta? Porque eu ainda não entendi. Se o rerrefino é inviável, o técnico tem, acho, a opção de destinar para o uso... uma queima, alguma coisa desse tipo, quero entender isso, não entendi cem por cento. Se não, não havia nem necessidade de ter esse parágrafo 3º aqui, se o rerrefino é tudo... (Intervenções fora do microfone ? 00:53:52)... Tudo bem, estamos avançando, só quero entender. (Interrompido novamente por intervenções fora do microfone? 00:54:00)

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Atenção, pessoal, depois fica difícil de ler a transcrição, com conversas paralelas a coisa confunde... Walter Françolin, Sindirrefino.

WALTER FRANÇOLIN (Sindirrefino) – Vou tentar ver se consigo botar uma água em cima dessa fervura. Eu acho primeiro o seguinte: o artigo 3º não pode ser interpretado sem que levamos em conta o que está no artigo 1º. O artigo 1º diz claramente que todo óleo tem que ser coletado, destinado ambientalmente correto e que sejam aproveitados os seus constituintes. Então, essa é uma premissa que não dá para fugir, ou seja, a destinação tem que ser adequada, desde que sejam aproveitados os seus constituintes. O artigo 3º, priorizando esse entendimento, porque esse artigo 1º está *linkado* à própria lei do petróleo, a Lei 9.478, que no artigo 1º, salvo engano, trata das políticas racionais de aproveitamento de energia e lá está dito, entre alguns dispositivos: a lei atenderá a proteção do meio ambiente, a complementação e a garantia de fornecimento do abastecimento de derivado de petróleo, ao atendimento de matérias-primas disponíveis e de tecnologias existentes.

Então, nós temos no rerrefino uma situação que abarca pelo menos os quatro incisos do artigo 1º, que garante o abastecimento nacional do petróleo porque estamos retirando do óleo usado a fração nobre do lubrificante. Existe uma tecnologia conhecida e aplicável, existe uma matéria-prima disponível que é o óleo usado e existe também uma proteção ambiental. Portanto, quando se idealizou essa situação em favor do rerrefino, nós inclusive sustentamos que não existe nenhuma reserva de mercado porque a atividade no país, quem assim o quiser fazer, vá até a Agência Nacional do Petróleo, se habilite, obtenha produtos especificados e venha para dentro do mercado. Então, não existe essa noção de que vocês estão sendo protegidos pela legislação. E eu cheguei a ouvir esse pronunciamento de representante do próprio Ministério do Meio Ambiente de quem eu discordei, o Sr. Roberto Monteiro, quando disse que estava havendo uma reserva de mercado, absolutamente. A legislação federal é muito propícia a autorizar quem assim quiser se habilitar ao exercício da atividade que cumpra os dispositivos da Portaria 128.

Agora o que nós não queremos, não admitimos, porque acho que isso seria um desserviço ao País, é mudar a orientação técnica para que sejam admitidos, ao lado do rerrefino, outros tipos de recuperação de óleo. O Ruy é conhecedor profundo da situação que nós vivenciamos até 1985, quando o setor não tinha sequer especificações para os óleos básicos. Quando nós adentramos no artigo 3º, nós vamos verificar que existe ali uma interpretação hierárquica. O artigo 3º é mandatário: todo óleo tem que ser encaminhado ao rerrefino, à reciclagem através do rerrefino. Começam as exceções, a primeira delas, poderá ser destinado a uma outra atividade comprovadamente igual ou superior ao rerrefino. Essa eficácia ambiental tem que atender aos dois princípios, uma eficácia ambiental qualitativa e quantitativa. Eu tenho que me reportar novamente à Lei 9.478, que diz que a

política nacional de conservação de energia tem que atender àqueles princípios que estão lá informados. Se houver uma atividade suficientemente capaz de obter produto através de óleo básico, obtendo óleo básico e rerrefinado em condições iguais ou superiores às do rerrefino que venha para dentro. Isto, na verdade, para mim significa sabe o quê? Evolução da própria tecnologia, porque houve uma época que nós obtínhamos 60% de rendimento. Hoje o rerrefino tem outras metodologias que proporcionam a obtenção de 70% sobre o óleo usado, que nós sabemos que, quando nos reportamos ao óleo básico que foi objeto de formulação desse lubrificante acabado, o rendimento do processo está acima de 80%. Então, esse é o primeiro aspecto em relação ao parágrafo 1º.

Em relação ao parágrafo 2º, sempre que o produto for para alguém tratar esse produto e retornar para ele como prestação de serviço, desde que não haja comércio desse produto, pouco importa se ele atende ou não atende à especificação. É um risco de quem está mandando tratar. E tem muitos ...(? 00:59:23) de óleo aí. Outro dia surgiu um professor Pardal aí. Eu recebi um comunicado de alguém que está descobrindo pêlo em ovo, ele quer, através de um processo que ele não garante, inovar uma tecnologia, até mandei para vocês, uma tecnologia para transformar o óleo lubrificante em óleo combustível. Primeiro esse cidadão não sabe, na verdade, nem conhece a legislação, porque, se conhecesse, não faria uma proposta desse quilate. É aquilo que eu estou dizendo, está cheio de professor Pardal e nós precisamos tomar cuidado na aplicação do órgão ambiental para não dar guarida porque tem órgão ambiental... Inclusive no Estado de São Paulo, houve uma concessão de duas autorizações para rerrefino de pessoas que não fazem rerrefino e compete à Agência Nacional do Petróleo inclusive apurar isso porque nós estamos achando que, se eles podem, nós também podemos. Então, todo avanço, todo avanço que se conquistou ao longo de muitos anos de atividade, nós vamos perder isso, nós não podemos... eu disse em alguma ocasião ao Dr. José Carlos, do Ministério de Minas e Energia, quando era conselheiro, que o pai dele devia estar dando voltas dentro do caixão, porque o pai dele foi o grande idealizador da atividade de rerrefino. Ele fez uma mudança radical na atividade porque até então, em 1985, nós só tínhamos recuperadores de óleo. Eram cinquenta e tantos recuperadores, todos os produtos condenados. Então, nós precisamos tomar cuidado para que isso não ocorra.

Em relação ao parágrafo 3º, ele tem que ser interpretado da seguinte forma: comprovada a inviabilidade de remessa ao rerrefino. Não é qualquer inviabilidade, não é porque eu sou um gerador de óleo lubrificante usado, digo "eu vou mandar para o meu queimador aqui, porque o queimador aqui me paga R\$ 1,00 e o rerrefino me paga R\$ 0,50". A inviabilidade não pode ser econômica, ela tem que ser técnica, como bem salientou... parabéns, Carmem, eu gostaria de fazer aqui um voto de louvor ao seu pronunciamento, muito bom, ficam aqui meus cumprimentos. A questão é essencialmente técnica e o órgão ambiental tem que se valer desse tipo de conduta, não pode ser uma interpretação pessoal. E o Cláudio que me desculpe, eu já disse isso a ele uma vez, a grande preocupação que existe é de se fazer uma leitura por uma questão de preferência pessoal. Quando ele faz essa leitura, ele não pode fazer a leitura da inviabilidade econômica, ele tem que fazer a leitura de inviabilidade técnica e vou um pouco mais além, Mattei...

UMBERTO MATTEI (MME) – Acho que a inviabilidade não é técnica nem econômica, é de logística mesmo.

WALTER FRANÇOLIN (Sindirrefino) – Então, é econômica. Se é logística, é econômica, mas eu vou um pouquinho mais além. Hoje nós estamos, veja bem, par e passo, nós estamos fazendo um acompanhamento muito bom. Eu acho que a proposta do Ministério, quando regionalizou os percentuais de coleta, foi excelente isto porque...

UMBERTO MATTEI (MME) – Só voltar aqui nesse ponto de inviabilidade econômica...

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Espera aí, opa! Oh, Eduardo... deixa eu dizer quem está inscrito, está legal? Depois do Dr. Walter, é a Zuleica, depois o Eduardo Carmo, depois o Dr. Ruy.

WALTER FRANÇOLIN (Sindirrefino) – Muito obrigado, senhor coordenador. Mattei, hoje o setor está cobrindo cerca de 85% dos municípios. Nós temos uma listagem muito grande, são quatro mil trezentos e poucos municípios que nós passamos, se não todo mês, pelo menos periodicamente. Então, veja bem, a interpretação que nós fazemos é de quem gera óleo lubrificante usado tem a necessidade de atender àquilo que está na Resolução, ou seja, ele tem que manter uma boa guarda e conservação e não criar artifícios para dar outra destinação que na lei não está prevista, tampouco o próprio órgão ambiental ignorar alguns artigos e o próprio conteúdo da Resolução, como nós temos aqui. Nós temos casos na Bahia, por exemplo, que se está autorizando colocar óleo lubrificante usado em asfalto. Quando o setor defende formulação e asfalto, nós não estamos defendendo formulação de asfalto com óleo lubrificante, nós estamos defendendo a junção dos polímeros que estavam presentes nos aditivos e que foram retirados do óleo lubrificante usado para ser incorporado a uma certa fração no asfalto. Mas ninguém defende, como já ouvi inclusive, uma defesa de que o óleo lubrificante poderia ser juntado ao asfalto, não é isso não. Nós achamos que os aditivos presentes, quando removidos convenientemente, conferem ao asfalto um poder de amolecimento muito bom, desde que utilizado na ordem de 2% a 3%. Mas tem gente fazendo coisas diferentes, é isso com que nós não compactuamos, é a isso que nós nos opomos.

Enfim, senhor coordenador, eram essas as considerações. Creio que pelo menos consegui dar uma visão geral da problemática e o setor fica muito à vontade para discutir esse assunto com quem quer que seja, inclusive com órgão do Ministério de Minas e Energia.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Zuleica.

ZULEICA NYCZ (Apromac) – Pois é! É uma pena que o Cláudio não esteja aqui, porque, se nós estamos percebendo que é de foro pessoal essa animosidade com a interpretação técnica que o grupo dá ao artigo, ele deveria estar presente, justamente para colocar isso, porque a reunião já foi feita um dia antes de propósito para ajustarmos esses pontos inclusive. Imagino que ficou claro que esses problemas têm que ser resolvidos aqui, nesse fórum. E é mais um motivo de orgulho para nós termos esse grupo, porque justamente, se não houvesse esse grupo, estaríamos discutindo na imprensa, estaríamos discutindo em boletins. Como estaríamos discutindo isso? Esse grupo existe para isso, para resolver esses problemas, as falhas que têm na Resolução, as diferentes interpretações e as argumentações têm que ser muito técnicas na minha opinião.

O Ministério de Minas e Energia tem uma obrigação com a sociedade, de proteger o meio ambiente e garantir o abastecimento de derivados de petróleo. Eu não conheço a legislação, não tenho tanto sapiência assim. Mas, para mim, isso é tão claro. Se tivessem vindo da Petrobras essas argumentações, eu entenderia porque a Petrobras tem obrigações nessa Resolução que ela não quis ter no começo. Ela resistiu bastante. A discussão foi profunda na época. Até teve uma representação contra a Apromac inclusive. Quando estávamos discutindo a Câmara Técnica de Saúde e Saneamento de Gestão de Resíduos, fomos acusados de estarmos defendendo a reserva de mercado. Nós tivemos que elaborar uma explicação lógica, tivemos que trazer a explicação lógica, que ela já existia, que o rerrefino são técnicas, métodos, processos que são adotados por diferentes fábricas, não existe uma reserva de mercado para o rerrefino porque cada um utiliza o processo que quiser. O que importa não é o processo nem a tecnologia, o que importa é o que a ANP exige, que o óleo produzido ali esteja dentro das especificações. Como disse o Dr. Walter, se eu quiser amanhã montar uma usina, uma planta de rerrefino e inventar uma tecnologia nova, que não existe no mercado, é a prova de que eu não estou, não estava defendendo reserva de mercado, porque eu vou inventar uma nova e ela só vai ser importante, útil e significativa se o resultado do processo não gerar mais problema ambiental do que despejar aquilo no rio e, ao mesmo tempo, eu tenho que produzir um óleo lubrificante básico dentro da especificação da ANP, eu tenho que cumprir a lei.

O Hassan vai fazer a palestra dele. Eu acho que não está aqui em discussão se o Hassan deve ou não fazer a palestra dele, não veio nada por escrito do Ministério de Minas e Energia, nada oficial e, se viesse, teria que ter sido discutido aqui, inclusive até ter sido colocado na nossa pauta com no mínimo 15 dias de antecedência, temos que cumprir o regimento. Eu acho válido que o Cláudio queira discutir isso, não sou fechada para isso, mas vamos seguir as regras, dar

argumentação clara, técnica, jurídica, dos princípios regimentais desse grupo. É isso a minha proposta, vamos fazer tudo direito. Não veio nada nos últimos 15 dias, já estava marcada há bastante tempo essa reunião e não veio nada para nós por escrito. Então, se vamos fazer um debate, vamos fazer, mas de maneira correta. E é isso. Voltando a dizer, para resumir, isso é pessoal.

O Ministério de Minas e Energia está agindo como se fosse uma empresa privada. Eles precisam rever o comportamento deles porque o objetivo do Ministério de Minas e Energia tem que ser igual aqui ao objetivo do Ministério do Meio Ambiente, que é a proteção do meio ambiente e a garantia da qualidade dos derivados. Mandar para queimar? Como é que um funcionário do Ministério de Minas e Energia, sabendo que o óleo não é combustível, sugere a queima? Ele fez isso na última, vocês estavam lá, foi gravado. Eu é que tive que alertá-lo que o Ministério onde ele trabalha não permite que ele diga isso em público.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Incinerar só no vulcão, lembra?

ZULEICA NYCZ (Apromac) – Não, não pode, porque a lei não permite, as especificações não permitem e não devem ser mudadas para permitir. É isso, obrigada.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Eduardo.

**Aparecem falas ao fundo inaudíveis.**

EDUARDO CARMO (ANP) – Estava ao lado do Cláudio Shihara na hora que aconteceu, não tenho procuração nenhuma para defendê-lo, mas não foi isso que eu vi lá e, se aconteceu, eu saí da sala na hora. Ele ficou muito irritado, em primeiro lugar, na hora que o Hassan chegou e falou assim: “Porque esse texto fui eu que fiz, eu que redigi”. E, quando nós em grupo vamos apresentar um trabalho que foi o grupo que fez... pegou muito mal e pegou muito mal também a hora que começou a ser uma coisa pessoal, de o advogado não sabe, o engenheiro não sabe, isso que pegou muito mal.

Quanto à parte técnica, eu gostaria de deixar claro que eu sou engenheiro mecânico, tenho 30 anos de formado, e hoje existem tecnologias sim que são aplicadas além do rerrefino. Não é uma só, são várias. Qualquer grande máquina que use óleo hidráulico hoje já vem com sistema de reciclagem dentro dela... Todo óleo fabricado no País é destinado ao rerrefino. Sim, óleo hidráulico também **(Intervenções fora do microfone ? 00:72:19)**... não só da ANP, como da 362, calma...

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Oh! Carmem, pelo amor de Deus, deixa o cara falar, senão vou suspender a reunião...

EDUARDO CARMO (ANP) – Porque vários membros do Sindirrefino executam reciclagem não autorizados, porque a ANP não autoriza. Inclusive, na minha opinião particular, deveria sim autorizar recicladores, porque o óleo hidráulico em muitos casos é tão bom ou melhor que o rerrefino, é igual a um rerrefino de petróleo, depende da carga que está entrando, que, pela definição da ANP, basta atender a 19. Se sair óleo básico, é rerrefino. Eu sou contra isso, está errado, temos que rever, sim. Agora, hoje mesmo a 362 isenta, queima, nós queimamos óleo de dois tempos, é queima. E o que o Cláudio falou, em momento algum eu ouvi isso, “pode queimar”, não é isso. Tanto é prevista a reciclagem que o artigo 20 da 362 determina as responsabilidades desse agente que vocês estão dizendo que não existe. Não é isso. Eu acho que houve um radicalismo de ambas as partes, isso não pode acontecer em hipótese nenhuma e o que tem que ser dito é o que está na lei. A primeira destinação é o rerrefino. Havendo oportunidade técnica, comprovada com os laudos laboratoriais que aquilo atende, vai ser dada a licença e é dada, hoje é assim. Agora, não pode o ego de algumas pessoas sobrepor o objetivo do que nós estamos fazendo aqui. Aí não pode. Essa é a minha opinião, porque falhas a Resolução tem um monte. Temos que discutir maduramente sem egos, quem vai

aparecer mais, quem vai aparecer menos. Volto a repetir, não tenho procuração para defender o Cláudio, mas não foi exatamente isso que aconteceu.

Numa medida de emergência, eu vi queimar óleo no Amazonas. E quem vai ser contra, se nós tivermos outra seca como teve em 2003, sabe como se acendeu a luz no interior da Amazônia? Queimando óleo diesel. Se o óleo diesel não chega lá, será que o Governo não vai autorizar queimar um resíduo de óleo? Ou vai deixar um hospital parado porque não tem como funcionar? Foi isso o que o Cláudio falou. O radicalismo não leva a nada, nem de uma parte nem de outra. Temos que ter um balanço de fazer a coisa certa. E não podemos levar essa discussão como foi feita nunca para o lado pessoal. É isso que não pode.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Olha, cuidado com os pardais piratas, viu?! O próximo é o Dr. Ruy.

RUY RICCI (Sindilub) – Primeiro eu não estive na última reunião...

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Que bom que o senhor não esteve, Dr. Ruy, porque o senhor ia ficar numa tristeza... (risos)

RUY RICCI (Sindilub) – Eu não consegui ir à última reunião, portanto não posso nem opinar sobre essa discussão. Só aproveitando quando o Eduardo comenta a questão da reciclagem, é evidente que a reciclagem está prevista...

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Olha, a conversa paralela! Vou pedir para vocês dois conversarem lá fora, Carmem Níquel e Eduardo, por favor. Continue...

RUY RICCI (Sindilub) – Eduardo, estava fazendo uma referência quando você falou sobre a reciclagem. Realmente a reciclagem existe, concordo com você dos óleos industriais. As próprias companhias de petróleo onde eu trabalhei muitos anos indicam, oferecem reciclagem para os seus clientes, criam equipamentos. Eu mesmo muitos anos atrás criei uma unidade que chamava SWAT, porque era época da SWAT, onde tinha uma centrífuga, um filtro-prensa, era um caminhão que ia dentro da indústria e fazia reciclagem de óleo hidráulico e de óleo de corte. A reciclagem é realmente uma atividade que existe, eu acho que não tem discussão... para uso próprio evidente. A reciclagem sempre se previu para uso próprio. Se eu não me engano, a própria legislação da ANP prevê isso. Então, é isso o que eu queria comentar, queria dizer que concordo com você com a reciclagem dentro desses aspectos.

Também queria comentar que a Resolução 362, e o Walter abordou isso, por isso bateu minha parte na carteira, prevê a todos os componentes, a todos os exercentes, ao gerador, ao revendedor, prevê essas figuras – gerador, revendedor, coletador – para chegar ao refino. Portanto, quando nós damos uma solução simplista desta: “Ah! não tem não sei quê, vai queimar porque não tem rerrefino; não tem como mandar para o rerrefino”, não. O gerador tem a responsabilidade de recolher, separar, manter esse produto guardado, separado, como está na Resolução. O revendedor tem que disponibilizar espaço de tanque, está na Resolução 362. Ele tem que guardar esse óleo e ele tem que entregar esse óleo para o coletor. Existe uma hierarquia nisso tudo até chegar no rerrefino, Portanto, essa solução simplista que é dada: “Ah! não tem, não da para ir para o rerrefino, não tem rerrefino aqui, manda para queimar”... Eu realmente acho...

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Joga no rio...

RUY RICCI (Sindilub) – Joga no rio! (risos) Eu acho que não é por aí. Eu acho que, se estão previstas na hierarquia todas as etapas de cada um com as suas responsabilidades, de coletar, de guardar, o problema vai chegar na revenda e ela é obrigada a guardar. Se não tem coletor, tem que levar à ANP, traz para o meu sindicato – “Olha estou aqui, estou com o tanque cheio de óleo queimado, o que eu faço? Não tem coletor”. Eu vou acionar a entidade, o sindicato responsável pelo coletor para resolver esse problema e aí por diante. E não adotar uma solução simplista – “Ah! não tem, então manda queimar”. Era isso um ponto que eu queria ressaltar.

Outra coisa que não tem nada com isso, mas eu vou falar mais uma vez e eu não sei se isso aqui é possível. O que me incomoda, realmente me incomoda, em todos esses meus anos de vivência ou representando, quando executivo, a companhia que era multinacional junto à ANP, junto a outros órgãos, depois como empresário do setor, que me envolvi na vida sindical e até hoje onde estou, é que as associações de classe e os sindicatos existem para representar atividades econômicas que estão atuando no mercado. Elas são as porta-vozes, através de assembleias em que são discutidos os assuntos, que fazem a interface com o Governo, e fazemos isso muito com a ANP. Levamos o assunto através das associações e sindicatos, quando o assunto já foi muito debatido e discutido lá dentro e é o consenso dos representantes das atividades econômicas. O que vejo às vezes que acontece, numa reunião nossa, onde estão os representantes das atividades econômicas, associações e sindicatos, um indivíduo de uma empresa, seja não só especificamente este como estamos discutindo hoje, que vem falar em defesa própria, junto de um grupo, como naquela reunião que realmente me deixou pego de surpresa. O cidadão chega lá com um advogado e coloca todo mundo... porque se alguém falasse alguma coisa, ele deixou implícito que ia mover uma ação, é um absurdo. Sinceramente, eu quase me retirei daquela reunião porque não posso aceitar um negócio desse. Eu não sei se nós não poderíamos (? 00:80:20) eu não conheço aí a parte legal... dos órgãos ambientais, do Conama, enfim da liberdade de expressão. Mas eu acho que nós devíamos realmente limitar ou pôr algumas barreiras a alguém que viesse falar individualmente, de seu interesse, no seu negócio, na sua empresa, defender uma tese dessa que acaba gerando, sem dúvida, toda essa discussão aqui. Era isso que eu queria colocar.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Carlos Eduardo Monteiro, ANP; depois sou eu, fechando a avaliação. Ah! anotei o Rick, depois sou eu que vou fechar a avaliação.

CARLOS EDUARDO MONTEIRO (ANP) – Só dois pontos. Um é opinião minha, é foro íntimo mesmo, vocês escutaram aí, tem a ver com aquilo que o Dr. Walter falou com relação a destinar borra para asfalto. Eu, particularmente, enquanto ainda é foro íntimo, questiono isso e vou obviamente arrebatar outros subsídios para essa opinião. Porque eu acho que, quando você faz efetivamente o processo do rerrefino, pelo que eu estudei, pelo que eu li, não é pura e simplesmente vão para a borra apenas alguns polímeros, o... (? 00:81:41) trabalhou no laboratório da Shell, pode depois até me corrigir. Mas os aditivos não são só polímeros. Polímero é um tipo especial para você aumentar a viscosidade, mas não os metais e contaminantes que nós tão severamente condenamos e queremos eliminar quando mandamos para o rerrefino, o destino deles é ser concentrado na borra do rerrefino. E aí, a partir do momento em que você pega ou queima isso, ou você insere isso no asfalto, em ambos os casos, eu acho que tem um questionamento foro íntimo ambiental muito forte que não está sendo feito ainda. Por quê? Porque se você vai botar no asfalto, aquele asfalto vai corroer, vai sofrer as fraturas dele e aquele metal que nós não queremos liberar na atmosfera, vamos liberar no solo. Não é só polímero, Dr. Walter, tem outras coisas ali dentro. Então, se o percentual é 2, 4, 5, 6, 7, não sei. E a outra não é foro íntimo.

Com relação, só aproveitando o gancho do que o Ruy falou, que tem a ver com a postura dos membros do grupo perante os alunos, os treinandos, concordo com todos vocês de que a opinião lá tem que ser uma só. Não tem sentido, não participei da última, mas participei da primeira e é muito desagradável. Você está tentando apresentar uma coisa e está brigando. Na minha apresentação, que é mínima, eu poderia abordar pontos que seriam polêmicos, mas realmente, isso daí eu até diria para o Cláudio numa boa. Eu fujo realmente de certos pontos polêmicos porque aquele não é um fórum, até gostaria de falar, mas na hora não falo por uma questão que não é o momento oportuno. Oportuno é aqui de portas fechadas. Agora o Ruy puxou esse viés da postura do grupo e eu estou

estudando em detalhes o que foi a participação do menino da Supply, por favor hachure o nome dele quando estiver na publicação.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Não vou não porque no regimento interno vou discutir o caso Supply. Então, vai continuar o caso Supply no texto.

CARLOS EDUARDO MONTEIRO (ANP) – Tudo bem, então é a última vez que eu falo então o nome da empresa, postura Carlos Monteiro (ANP).

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Eu posso tirar como coordenador que seja um pronunciamento da ANP. Está bom? Eu tiro Supply, mas vai ter na transcrição Supply porque eu coloquei o regimento interno... deixa até eu fazer um comentário...

CARLOS EDUARDO MONTEIRO (ANP) – Deixa eu concluir... No passado, nesse fórum, a Dra. Maria José, da Petrobras, levantou claramente a necessidade de se haver um termo de confidencialidade a respeito dos assuntos que são aqui dentro tratados. Num outro momento eu trouxe esse assunto. Não houve interesse algum do grupo, de espécie alguma de nenhum dos seus membros de tratar desse assunto ou progredir com esse assunto. Então, quando eu li, não estou questionando aquilo que a empresa falou ou se referiu, não estou questionando o mérito de nenhuma forma. Apenas de todos os trechos que eu li, eu apenas concordei com ele que na minha opinião pessoal deveria ter uma tarja no nome das empresas, que [os nomes] poderiam ser suprimidos. Agora, suprimidos por quê? Porque nós deveríamos ter um código nosso de sigilo interno que nos permitisse falar abertamente o nome das empresas sem a preocupação de esses nomes serem publicados numa página de um órgão governamental. Essa é a minha opinião, eu concordo com o que a Tatiana comentou comigo na última reunião. Ela comentou pessoalmente comigo: “Carlos, eu preciso chegar lá e não posso ter medo de falar. Eu tenho que pegar e falar o que eu estou pensando e apontando as empresas, senão não tem sentido”. Concordo com ela. O problema não é falar o nome das empresas, por isso que eu falei, Edmilson, de tirar o nome dele. O problema não é falar o nome das empresas, o problema é dar publicidade ao nome das empresas e isso é uma coisa que nós temos que acertar aqui dentro, aquilo que vai ser falado, se haverá ou não publicidade. Peço até, Rick, se você puder tocar de novo no assunto de novo com a Maria José. Ela não é responsável por isso, mas é apenas porque ela foi a precursora. Se não fosse para ter medo de saírem as informações, eu seria a favor de a pegarmos ali e publicarmos os dados de todo mundo – “olha, o cara que está fazendo isso, o cara que está fazendo aquilo outro”. Mas hoje está havendo censura, e eu não sei o que vai sair daqui.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Perfeito! Rick. Dr. Walter é o último. Não vou abrir exceção para mais ninguém. Acabou, não tem publicidade, que fica uma tal democracia, querem muito a democracia, mas depois querem fechar um monte de pontos. Então, depois do almoço, nós vamos conversar sobre esse monte de pontos que se chama regimento interno, entendeu? Rick.

RICARDO BAPTISTA (Sindicom) – Bom, antes eu queria falar uma coisa interessante que eu estava falando com o Edmilson, que é a questão de um fato, uma realidade que eu vivi e se vê muito isso e estou vendo agora. Não participei de Natal, mas estou vendo aqui os desdobramentos. Comentando com o Edmilson e o Cláudio, eu tinha uma divergência séria com a minha ex-mulher, acho que por isso ela se tornou ex-mulher.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Isso precisa ser suprimido.

RICARDO BAPTISTA (Sindicom) – Não vou falar o nome dela.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Essa empresa tem que ser suprimida, entendeu, não pode ser dado publicidade a essa empresa. (risos)

RICARDO BAPTISTA (Sindicom) – Nós tínhamos um problema sério de comunicação, porque muitas vezes ela tinha razão no conteúdo, mas ela não conseguia exprimir aquilo de uma forma adequada. Então, eu acho que o que nós falamos aqui várias vezes, todos têm razão no conteúdo, o problema é que criamos uma antipatia, uma animosidade, na forma que se fala. Eu acredito, pelo que o Eduardo aqui reforçou bastante e a colocação da Zuleica... Eu não estava também em Natal, o Eduardo participou, parece que foi um problema mais de forma do que de conteúdo. Nós temos que tomar cuidado realmente com a forma. E a forma e a propriedade de se falar aquilo no momento. Acho que há certas coisas que não se falam no momento.

Bom, mas eu me senti impelido em fazer uma colocação em função da Zuleica ter citado o nome especificamente da Petrobras. Eu estou aqui representando o Sindicom. Sou da Petrobras Distribuidora, filha da grande Petrobras, mas eu estou representando o Sindicom. Eu acho que a Petrobras em nenhum momento... ela se expressou como Petrobras. Não sei em que momento ou o representante da Petrobras se colocou contrário (Intervenção fora do microfone ? 00:88:43). Você citou especificamente a Petrobras. O Sindicom... a Petrobras sempre estava lá representando o Sindicom. Então, a posição Sindicom do início ao fim foi de não se criar uma reserva de mercado. Se a reserva de mercado é de fato ou de direito não vem ao caso. E isso foi expressado na Resolução. A Resolução espelha o que melhor, o estado da arte que nós conseguimos de legislação ambiental especificamente à questão do óleo usado. Então, só queria registrar que, na verdade a Petrobras estava representando o Sindicom. O Sindicom tem essa posição e sempre expressou essa posição.

Outra coisa que se colocou, por empresa eu sou Petrobras Distribuidora. Nós somos uma empresa de economia mista, a Petrobras Distribuidora não é uma estatal. A Petrobras é estatal, a BR Distribuidora é uma empresa de economia mista, com foco privado também. Então, quando se fala, distingue MME, dizendo que a MME está trabalhando com uma empresa privada. Eu acho que as empresas privadas – está aqui o Sindirrefino, que é uma organização de empresas privadas – não têm interesses contrários ao meio ambiente, contrários à Resolução Conama. Gostaria só de registrar isso, defendendo um pouco a empresa privada.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Espera um pouquinho, Zuleica. Walter. Só um minuto, Zuleica, eu vou deixar você falar. Mas eu acho que vou ter que fazer uma coisa, vamos ter que fazer um curso básico de normas de se falar, porque você fala para mim que é pessoal, paro outro que não sei o quê e tal, tudo bem, vamos deixar o barco correr. Walter, Zuleica. Acabou. Não tem mais inscrição, senão suspendo a reunião.

WALTER FRANÇOLIN (Sindirrefino) – Senhor coordenador, só para fazer um esclarecimento. Carlos Monteiro, foi levantada uma dúvida, você bem colocou uma preocupação pessoal com relação à incorporação de uma fração do óleo usado no asfalto. Para sua tranquilidade, eu gostaria de lhe dizer o seguinte: essa é uma preocupação nossa também, do setor. Quando se idealizou a possibilidade de incorporar 2% ou 3% dessa parte do óleo lubrificante usado e, de fato, você tem razão, contém os polímeros e contém também os metais, a nossa grande preocupação foi saber primeiro se o produto lixiviava ou se solubilizava. Então, foram feitos testes porque existe um comprometimento do setor em relação ao resultado final, não só da qualidade do asfalto, mas também o que ele pode gerar. Para sua tranquilidade, eu queria de dizer o seguinte: os testes de lixiviação e solubilização não apontaram problemas na mistura de até 2% dessa parte do óleo lubrificante usado no asfalto. Se a preocupação é do ponto de vista ambiental, essa é uma preocupação nossa também e me parece que os testes apontaram que não existe nenhum impedimento. Era só isso.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Ok! Zuleica. Depois da Zuleica, eu vou continuar a minha avaliação. Zuleica, por favor.

ZULEICA NYCZ (Apromac) – Só para contribuir com o debate, a discussão, para darmos encaminhamento, eu só quero lembrar que estava contando do passado, não do presente. Depois que a Resolução foi publicada no *Diário Oficial*, nunca mais tivemos nenhum problema com quem quer que seja. A Petrobras não fez mais nenhuma interferência e acredito que estão trabalhando em harmonia com os setores. A nossa intenção na época era justamente respeitar aquilo que a política brasileira já vinha fazendo desde a década de 80. O País tem um parque de refino. Nós vamos jogar isso fora e queimar o óleo? A nossa preocupação era: poxa! Nós temos que fazer nosso papel histórico agora. Foi uma grande oportunidade que tivemos de entrar nesse debate. São questões misteriosas que não se explicam, mas tivemos essa oportunidade e tivemos a visão e a clareza. Eu imagino que até hoje não vi nada diferente, nada que pudesse dizer: Não, nós estávamos errados. Poxa! Um País que tem um parque de refino...

Eu tenho trabalhado com diversas resoluções lá no Conama e a Dra. Zilda está aqui, sabe muito mais do que eu, conhece muito mais os problemas do que eu. Cada resolução que vamos trabalhar com resíduo, não temos parque de reciclagem. O problema das lâmpadas fluorescentes, nós estamos trabalhando com uma cadeia que está totalmente capenga. A parte de pilhas e baterias, que é aço puro, estamos jogando no lixo, junto com metais tóxicos, não tem reciclagem, tem uma recicladora em São Paulo e é terrível a maneira como eles trabalham lá. Aqui nós temos um parque de refino que vem conversar com a gente e abre as portas, podemos ir lá ver e tem todo um trabalho transparente. A ANP já tem toda uma cultura, de portarias, que eu aprendi que vêm lá do tempo do Conselho Nacional do Petróleo, que era justamente presidido pelo pai do Dr. José Carlos, que era o conselheiro do MME na época que nós votamos essa Resolução.

É claro que é dramático, para mim, ver o que aconteceu na última plenária, você não estava. Terminada a palestra, muito bem-feita, vieram os debates. Debates para quê? Para esclarecer para a platéia, para as pessoas que estavam sendo capacitadas sobre o tema que foi abordado nas duas ou três palestras. A cada duas ou três, nós parávamos para fazer um debate e foi muito estranho e até desagradável ver o representante do Ministério de Minas e Energia levantar que a posição dele era contrária àquilo. Ou seja, entrar num debate muito profundo com pessoas que mal estavam tomando conhecimento do assunto, por um membro de um grupo que teve “n” oportunidades de discutir isso com o grupo. Eu acho que em nenhum momento foi proibido que alguém chegasse aqui e propusesse ao senhor coordenador: “Olha, eu gostaria de discutir esse ponto de pauta na próxima reunião”. Em nenhum momento ele se manifestou nas nossas reuniões, então foi surpreendente. Eu acredito que o Hassan, pego de surpresa, talvez tenha se excedido na resposta, porque se irritou realmente, profundamente. Ele se irritou e ficou realmente dividido entre o papel que ele estava fazendo ali como instrutor de uma platéia e ao mesmo tempo debatendo com o Ministério de Minas e Energia uma questão que para ele não poderia nem ser debatida em lugar nenhum, porque a Resolução está publicada, ela foi discutida na Câmara Técnica. A Ruth é nossa testemunha da pauleira que deu lá, quebramos o pau com todo o mundo, chegamos a um acordo, um acordo de cavalheiros. E a Resolução está aí. Agora, só porque alguns setores estão descontentes, eu acho não ir tão a fundo.

Mas voltando um pouco, dando a ré. Como é que vai ser amanhã ou depois de amanhã?

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Ah! eu vou falar...

ZULEICA NYCZ (Apromac) – Então, eu só queria lembrar a Petrobras tem se comportado brilhantemente, acredito. Pelo menos, até agora não vi a Petrobras se manifestar lá e dizer não, nós não queremos pagar por esse óleo, nós queremos que esse óleo seja queimado, daí se economiza e tal. Não vi a Petrobras fazer isso. O que eu não entendo como é que uma autoridade do Ministério de Minas e Energia que deveria estar pondo as rédeas na Petrobras... Bom são coisas que só a sociologia e a história vão explicar. Por que as coisas acontecem.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Bom, pessoal, vou fechar essa avaliação começando com a saudade que eu tenho muito grande da minha avozinha, gente boa demais, uma italiana brava que falava: “O bom de ver a família aqui no domingo é que eu fico olhando nessa mesa grande quem está comendo pouco ou muito”. Em geral, os que estão comendo pouco apanharam muito dos outros. Então, somos irmãos aqui no grupo, nos tínhamos que lavar essa roupa suja. Eu tenho mais alguns comentários dentro do tópico da avaliação.

Mas Umberto Mattei, do Ministério de Minas e Energia, por favor, anote a seguinte solicitação da coordenação do GMP ao seu Ministério: que o Ministério de Minas e Energia se pronuncie ao GMP sobre o artigo 3º da Resolução Conama, conforme o entendimento que vocês possuem. Faça isso, peço a vocês que façam isso por escrito e eu, com o arquivo, vou passar para o pessoal na 13ª RO. Nós voltamos a tocar sobre esse assunto e vamos afinar uma coisa, muito bem dito pelo Eduardo Carmo, da ANP, vamos segurar as vaidades amanhã e depois de amanhã, as coisas que nos pegam pessoalmente para que o clima com os nossos companheiros que chegarão para a capacitação seja o melhor possível.

Gostaria de dizer o seguinte: Zuleica, não é para você, mas chamando a atenção, via organização da sociedade civil, na construção dessas três oficinas, é preciso que cada entidade-membro desse GMP faça sua mea-culpa. A coisa está ficando muito pesada para o MMA e o Sindirrefino. Aliás, eu quero aqui parabenizar o Sindirrefino por não ter “fugido da raia”, como se diz na gíria e em função, inclusive, de uma grande dificuldade que não contávamos, que foi a redução das diárias para participantes de congressos, seminários e oficinas no Ministério do Meio Ambiente que, para alguns Estados, beirou 25%. Isso nos causa um transtorno enorme para poder ajudar na locação das pessoas em hotéis que queremos que seja dada com um certo nível de qualidade para todo mundo. Não se trata de deixar um no albergue porque a diária não permite e outros nos palacetes. Gostaria muito de agradecer essa parceria. Senão não seria possível tanto o evento de Goiânia, Natal e muito menos daqui.

Eu queria só lembrar e pedir desculpas à Anamma e Abema, aqui em nome da Carmem e da Celma. Um pouco de transtorno dessa oficina foi que o PNUD criou um novo sistema de fichas para preenchimentos dos que viajam pelo MMA e, como eu trabalhava com o sistema antigo, tive que mandar o novo sistema e vocês já tinham começado as conversas. Quando fomos fazer as inscrições, eu vou mandar de novo os três modelinhos e, quando vocês conversarem com alguém nos órgãos, mandem os três modelinhos e com aquela observação do terrestre. Por exemplo, vamos fazer o Sudeste. Se a pessoa estiver muito próxima da cidade de Juiz de Fora, por exemplo, ou de Montes Claros, tem como ir de ônibus, de avião, de Montes Claros a São Paulo, só que a pessoa tem que observar isso na ficha.

Eu gostaria de falar mais algumas coisinhas aqui. Bom, este aqui agora foi a Zuleica que puxou e eu vou falar. O que é isso que nós estamos fazendo a longo prazo? Vamos nos reportar a dezembro do ano passado, na sede da Fiesp, quando nós votamos um calendário dessas quatro oficinas e das nossas quatro reuniões ordinárias. Lá, na época, o Dr. Zamboni, que era o gerente de onde o assunto estava alocado no Ministério, disse muito bem e nós concordamos. Nós vamos fazer uma experiência no ano de 2008 e vamos repeti-la no ano de 2009, para tentar colher as impressões do que ficou no que realmente nós tentamos fazer nisso. Hoje eu já vejo que o caminho não é esse mais, não nos vejo em 2009 seguindo esse caminho com essa intensidade. No momento é correto que vai ser... Na próxima reunião eu pretendo dizer, ou como coordenador desse grupo apontar o que seriam novidades, porque esse caminho, no meu modo de viver, não está trazendo retorno que tanto tínhamos esperança. E uma coisa é eu também lembrar a reunião de dezembro, também na Fiesp, em que eu me lembro que falei muito bem para vocês: ir a campo não é fácil. E hoje vemos tanta dificuldade, tanto embate, apesar de que continuo achando que somos irmãos do mesmo grupo.

Vou anotar a história do termo de confidencialidade que não sabia porque é do tempo que eu não trabalhava nesse grupo.

Agora um comentário que passou batido em todo o mundo. Você vê que o personalismo fecha os olhos da pessoa mesmo. Enquanto devíamos estar fazendo outro tipo de avaliação aqui dentro... Está certo, nós estávamos fechando nossas aparas e arestas. Deixo falar uma coisa para vocês, como nós somos ruins de mídia, como estão muito mal divulgadas nossas oficinas. E eu faço

aqui a mea-culpa, o Governo se vende mal, mas também não sabia que junto com a iniciativa privada nós íamos vender tão mal também. Até dentro do meu Ministério eu não consigo divulgar as coisas. Eu acho que, se pretendemos algum futuro para esse grupo, eu não estou chamando de oficina não. Não é futuro para oficina seminário, congresso. Nós temos que trabalhar muito bem a informação na mídia, e bem trabalhada, porque foi um absurdo em Natal, não teve uma notícia. Pelo menos em Goiânia nos reportou o jornal *O Diário Popular*, como é que chama? *O Popular* teve uma... mas lá em Natal não teve nada em momento algum. E não estou só julgando para fora não. No meu Ministério, até para conseguir pôr umas notinhas lá no nosso informe interno é um sofrimento, e, quando mandamos o release, o release sai errado. Ainda tem esse problema, citam errado, acho que eles têm problema de espaço. Então, eu gostaria dessa reflexão principal, a mea-culpa das entidades-membros desse grupo com relação ao envolvimento com as oficinas e a mídia, que eu acho que faltou na avaliação de todos nós aqui. Vou passar a palavra ao Carlos Monteiro que pediu uma breve e, logo após ele, está encerrada essa primeira fase da nossa 12ª RO.

CARLOS EDUARDO MONTEIRO (ANP) – Só para corrigir, quando peguei (? 01:05:30) falência, não estava aqui. Já faz muito tempo que nós tocamos nessa questão do termo de confidencialidade e justamente foi tocada em duas reuniões antigas no passado e a coisa realmente caiu no esquecimento e, lendo a última transcrição, é que eu percebi que ficou um dever do grupo para trás, que ninguém se manifestou.

### **PARTE III – Após almoço**

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Vamos reiniciar esta 12ª Reunião Ordinária. Nós vamos para o item 4 da proposta de pauta, que é Regimento Interno do GMP. Por que eu resolvi colocar esse assunto aqui? Pelo seguinte, dois acontecimentos, na última reunião, me chamaram a atenção para que nós pensemos em dar uma arrumada na nossa vida como grupo em Regimento Interno. O primeiro foi o caso da Oficina de Manaus. A Dra. Taís, ao propor em seu entusiasmo como o tema uma nova oficina ou seminário no mês de outubro, ela tumultuou nosso calendário que tinha sido acertado em dezembro. Naquele momento, inclusive, está lá na transcrição, eu fui contra a proposta da Dra. Taís, mesmo sendo a minha gerente, porque eu vi o problema com o calendário e também com o voluntarismo que a maioria de nós tem em vir dar palestras, largar seus empregos, seus afazeres, para ficar mobilizado. E depois aconteceu que a própria Dra. Taís, num conversa comigo e o Dr. Walter Françolin, percebeu que realmente ficaria inviável fazer em Manaus um modelo diferente do que estávamos construindo. Mas o que me chamou a atenção foi um erro que nós cometemos muito grave naquela reunião, que foi o fato de que eu, Taís e Ruth votamos e nós não poderíamos fazer isso.

Em algumas reuniões anteriores eu estava também cometendo o erro de deixar meio livre as votações pela maioria e uma vez o Dr. Ruy me chamou a atenção de que isso não seria bom. Então, eu chamo o caso de Manaus apenas para reforçar que nós precisamos especificamente definir melhor. Não é que no Regimento – estou com ele aqui, quem quiser olhar – não tenha sobre a votação, mas nós vamos ter que criar um comportamento de, quando formos votar, estarmos com o controle certinho dos representantes titulares e suplentes e os convidados.

Esse ponto também me chama a uma coisa muito importante. Nós devemos definir nesse novo Regimento Interno, que eu pretendo que se faça até a próxima reunião em São Paulo, na 13ª, o papel do Conama. Porque é titular e suplente de cada entidade e o Conama fica no limbo. Então, a minha proposta desde já é que o Conama tenha o assento de suplente definitivamente para que não haja nenhum problema futuro de votação porque, no Ministério, o que é que acontece? A coordenação – como diria – vai ter sempre modificações rápidas como já aconteceram. Antes foi o Plínio, depois o Paulo, depois a Fernanda, agora eu. E muitas vezes ela vai ser determinada por arranjos estruturais dentro do Ministério. O Conama, vindo somente como convidado, como tem ficado, eu acho que, além de não ser elegante, é temerário para o futuro do grupo que tem sua origem como grupo que veio de uma resolução do Conama. Essa é uma das primeiras sugestões que eu tenho para o Regimento Interno.

E o segundo caso que me chamou a atenção é o caso Supply. O caso Supply, eu sei que o pessoal se sentiu pego de surpresa, mas a habilidade com que o dono da Suply fez a sua inserção naquela reunião! Ele chegou exatamente a uma semana antes da reunião, protocolou um documento no Ministério do Meio Ambiente, pedindo para participar da reunião para se defender de uma colocação feita na 7ª Reunião Ordinária, e eu, como servidor público, mesmo que temporário, não tenho como não aceitar. Então, nós temos que ver também no Regimento qual maneira o funcionário público que estiver coordenando o GMP seja salva-guardado de uma série de problemas. Por exemplo, nosso Regimento atual diz que as comunicações têm que ser levadas no mínimo com sete dias. Ele possivelmente conhecia o Regimento, porque ele levou exatamente com sete dias. No Regimento fala assim: alguém tem que vir com sete dias no mínimo de antecedência para o coordenador transpassar para todo mundo e todo mundo tomar uma decisão. Nós temos que mexer com essa data, com esses prazos, porque há a situação de quem estiver na coordenação e ela sempre o será de um servidor público. E ele não pode ferir o Código de Ética do Servidor Público ao ter a solicitação da sociedade em si para qualquer coisa.

Diante disso, eu sugiro e vou abrir para o debate a todos que trabalhemos como trabalhamos no Manual que o Ibama imprimiu, como trabalhamos na história... (Intervenção fora do microfone ? 00:06:30) É, publicou, mas depois vamos falar dele. E também trabalhamos na cartilha, que é um pequeno comitê para nos trazer uma proposta de Regimento Interno para discussão, votação, na 13ª reunião em São Paulo. É claro que esse comitê, esse pequeno comitê, se sentir que já está com uma coisa razoável, nós vamos abrir para o grupo inteiro discutir. Eu não acredito que vai ter tantas modificações, o Regimento não é ruim, mas eu gostaria que fossem salva-guardadas essas colocações. E está aberta a palavra.

ZILDA VELOSO (Ibama) – Eu não conheço o Regimento, eu advogo isso antes. Apesar do Edmilson me apresentar como gerente, eu ainda não sou. Eu não conheço o Regimento. Mas o Conama está representado aqui. O Conama são todos os representantes que têm assento no Conselho, o setor produtivo está representado. Eu não sei que confusão está sendo feita. Talvez a viabilidade da presença da Ruth como Diretoria Executiva do Conama, mas ela é da Diretoria de Apoio ao Conama. Então, o Conama já tem voto aqui, a Abema tem voto, o Ibama tem voto, o MME tem voto. Não podemos confundir a Diretoria de Apoio ao Conama com Conama. Ela é uma diretoria dentro do Ministério, dentro da Secretaria Executiva, para dar suporte ao Conama. Ou eu não entendi ou... Então, acho que aí não cabe voto porque quem é conselheiro, na hora de votar, tudo bem, o Ministério do Meio Ambiente, você é o coordenador, mas o Ministério, nas reuniões de Câmara Técnica o presidente vota também, ele é o sétimo voto. É porque funciona na base do consenso, José Alberto, mas ele representa um voto, uma representação. Então, no meu entendimento, de uma maneira análoga, já que não temos talvez no Regimento Interno desse grupo, nesse comitê de acompanhamento desse grupo de acompanhamento, todas as regras, até podemos usar as regras do Conama, quando assim (? 00:09:24). Eu sei que só abrimos algumas considerações, nem é meu objetivo aqui exaurir todas as dúvidas...

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Qualquer coisa está aí na tela é ir pedindo... Só um minuto, estão inscritas a Zuleica e a Ruth.

ZILDA VELOSO (Ibama) – Eu não entendi muito bem hoje de manhã quando o Carlos falou do termo de confidencialidade. Aí me ocorreu que eu tinha que ter lido, Carlos, depois você até pode falar. O que me ocorreu? Essa instância aqui, esse grupo de monitoramento, para mim é um grupo que foi criado para acompanhar como essa Resolução... Essa Resolução é uma resolução que envolve uma regulamentação técnica de pelo menos duas áreas do governo federal, envolve regulamentações ou exigências técnicas por parte dos órgãos estaduais de meio ambiente, órgãos municipais muitas vezes de meio ambiente, o setor que comercializa o óleo, o setor que recolhe o óleo usado. Não é um setor só de cada lado, existem transportadoras, existem vários entes. O objetivo, várias instituições envolvidas... a cadeia produtiva é até uma cadeia... (Intervenção fora do microfone ? 00:11:07), a sociedade civil organizada tem um trabalho educativo por trás disso. Então, o grupo de monitoramento, para mim, é perfeito porque ele vai tentar ouvir. Já existe uma resolução

anterior que ficou mais de dez anos em vigor, que apresentou alguns aspectos positivos e alguns aspectos negativos. Nós temos uma experiência passada. Eu vejo que o grupo é perfeito para poder ouvir e trabalhar onde nós precisamos melhorar, quem nós precisamos treinar, ajudar o próprio Governo, o Ministério do Meio Ambiente a formular e implementar essa política em relação ao rerefino. Ele é perfeito em relação a isso.

Volto ao termo de confidencialidade, mas ele não vai ser uma instância decisória. Eu entendo até que essa pessoa se sentiu em algum momento, vamos chamar, prejudicada, representando alguma empresa em função de algum comentário que tenha sido feito aqui, mas o comentário não é finalístico. Nós não vamos com isso fechar o setor, isso vai ser resolvido em outro local, vai ser resolvido no órgão que tem que dar a ele a licença ou autorização para ele fazer isso ou aquilo. Isto aqui pode ser uma instância de tentar ver que esse assunto não se replique ou se replique. Mas nós não somos terminativos, nós não somos mandatórios nas nossas decisões. Nós estamos tentando harmonizar aqui procedimentos que envolvem diversos setores e temos, para isso, um mandato do Conama, que pediu que fosse criado o grupo em um dos artigos da Resolução e do Ministério do Meio Ambiente, que convocou esse grupo de trabalho.

Eu estou jogando isso para vermos se é isso mesmo que queremos. Nós vamos aqui decidir fazer uma avaliação técnica da empresa? Eu acho até que muitos de nós talvez não se sintam confortáveis para fazer isso aqui e nem têm os instrumentos para isso.

Outra coisa que eu pergunto. Eu não sei onde isso começou, não sei se está no regimento. As reuniões precisam ser gravadas? Será que não seria suficiente ter um resumo da reunião? Aí vai ter que ter um relator para isso, nós vamos ter que pensar talvez no regimento. Estou jogando algumas coisas. (Intervenção fora do microfone ? 00:13:50). É, vai ter que ser gravada? É necessário? Ou é um necessário como se faz hoje nos grupos de trabalho do Conama, onde existe um relator e esse relator resume, passa para aqueles que estavam, disponibiliza para as pessoas para acrescentar alguma coisa e ela é votada na próxima reunião. Se isso for feito, se alguma mudança for feita, no sentido de aprimorar esse mecanismo de registro das reuniões, nós também temos que pensar nisso na hora de discutir essa revisão ou essa nova proposta de regimento. São só esses comentários que eu queria fazer.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Zuleica, Ruth e Carlos Monteiro são os inscritos.

ZULEICA NYCZ (Apromac) – Só para lembrar duas coisas antes de falar das coisas que a Zilda levantou. Também acho que nós deveríamos separar um tempo para esse debate aqui porque a hora que criamos essa comissão e a minha proposta é que seja uma comissão virtual, por Internet, até para ficar mais barato e mais ágil a revisão do regimento à luz das discussões que estamos tendo aqui e que a Zilda bem levantou. No artigo 526 do nosso regimento atual, que se diga de passagem, foi feito com muita rapidez, foi feito pela Fernanda, nós não tivemos tempo de debater porque estávamos com outros problemas na época. Realmente não deu tempo e acabou ficando essa minuta como regimento. No 526 diz o seguinte: os representantes das entidades-membros e não qualquer pessoa estranha que venha de uma empresa e chegue para o coordenador com sete dias de antecedência. Vejam bem, são os representantes das entidades-membros que podem solicitar à coordenação a inclusão de assuntos nas pautas. Inclusive o próprio coordenador do grupo, como membro, também poderia ter proposto, mas ele teria que propor isso com alguma antecedência porque, se tem que chegar na minha caixa como membro, dando exemplo, sete dias com antecedência, então ele teria que ter colocado isso no oitavo dia antes, um dia antes. Então, vamos repensar isso aqui. Nenhuma empresa pode chegar e dizer: “Eu quero discutir isso na próxima reunião, daqui a sete dias”. “Não, não pode, o senhor perdeu, o senhor vai ficar para a outra, porque agora não dá mais tempo.” (Intervenção fora do microfone ? 00:16:34) Então, é isso o que eu estou dizendo, porque ele vai propor para nós e nós vamos concordar ou não com a pauta e, daí, a pauta fica disponível com sete dias de antecedência. Essa é que é a lógica.

O segundo ponto que eu queria lembrar é o que está escrito no artigo 11 da 362. Bem como a Zilda falou, isto aqui é um grupo, ele não é deliberativo. É óbvio que ele vai ter que fazer deliberações internas e aí cabe uma regra de eleição, não é isso? Para nós, mas nós não somos

deliberativos. Exatamente. “O Ministério do Meio Ambiente manterá e coordenará grupo de monitoramento permanente para o acompanhamento desta Resolução, que deverá se reunir ao menos trimestralmente.” Quer dizer, a única obrigação é a trimestralidade, “ficando assegurada a participação de representantes” e aí vai, órgão regulador da indústria de petróleo, os produtores e importadores, as entidades representativas dos órgãos ambientais estaduais e municipais e das organizações não governamentais ambientalistas, no plural, inclusive poderia até ter mais ONG aqui. A minha proposta de encaminhamento e nós, da sociedade civil, vamos querer participar, acho que pelo menos um representante de cada setor aqui, é a de criar uma comissão e continuarmos debatendo hoje mais um pouco, é claro. (Intervenção fora do microfone ? 00:18:07) Mas virtual. Porque, se queremos acelerar o nosso Regimento, temos que apresentar as propostas pelos menos uns dez dias antes da próxima reunião em São Paulo. É isso.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Só dando uma contribuição antes de passar para a Rutt. Acho até que a reunião de São Paulo, eu interpreto da seguinte forma: como eu acho que vocês aceitam que revisemos esse regimento, então ele está suspenso e até lá vamos levando ele no que for possível. Quanto a esse fato de até dez dias antes, o que eu quero é que chegue a São Paulo bem discutido e aprovemos o novo regimento. É só isso, o meu olhar finalístico é este.

(Intervenções fora do microfone ? 00:19:02)

ZULEICA NYCZ (Apramac) – É o seguinte: quando nós temos uma...

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Ah! está aqui. O 2.9 diz: “Os representantes das entidades-membros do GMP devem assinar termo de confidencialidade”. Que termo é esse?

ZULEICA NYCZ (Apramac) – Eu queria dizer, Edmilson, sobre o termo o seguinte: havendo interesse por uma entidade de que haja esse termo. A idéia que se costuma ter quando se está trabalhando em grupo é a seguinte: você faz a proposta e apresenta uma minuta já, senão ela vai morrer, esse assunto morre, nós esquecemos e vamos tratar de outros assuntos. Então, quem tem interesse deve sempre apresentar uma minuta já para incentivar, dar uma forçada, um documento por escrito para que seja encaminhado ao coordenador, para que ele proponha isso como tema de pauta. Se vocês tiverem uma proposta de texto para isso, seria interessante. Eu não tenho idéia nenhuma do que exatamente poderia ser.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – E eu nem imagino!

ZILDA VELOSO (Ibama) – Nós temos no Ibama um termo de compromisso que é assinado para quem do Governo, por exemplo, o Edmilson, do Ministério, quer ter acesso ao cadastro técnico federal. Ele assina um termo de compromisso de que não vai divulgar de maneira incorreta as informações que tem acesso. Não é qualquer empresa que pode ter, são pessoas do Governo mediante assinatura. Esse termo de compromisso, eu tenho, e é uma coisa pública para nós, o termo em si não é. Isso daí até posso depois passar. Eu não pensei nisso, mas eu consigo e depois passo para vocês. Passo para o Edmilson e ele distribui para vocês.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – É só para trabalhar em algum modelo, faço alguns ajustes...

ZILDA VELOSO (Ibama) – Parece que é isso que vocês estão pretendendo com essa confiabilidade, seria um termo de compromisso de guarda de sigilo das informações às quais vocês têm acesso e todos assinariam. Seria um compromisso de cada um. É com base em lei, as leis que regulamentam a carreira do servidor ou aquele que tem acesso... A gente olha e vê se isso juridicamente tem algum valor (Intervenção fora do microfone ? 00:21:57). Essa é a segunda parte que eu falaria, Zuleica. Se a reunião é gravada, essa parte teria que ser automaticamente suprimida (Intervenções fora do microfone ? 00:22:11). Está escrito no regimento que a reunião tem que ser gravada?

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Não.

ZILDA VELOSO (Ibama) – Quando foi que decidiram isso? Quem lembra disso?

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – É um hábito. É só um hábito.

ZILDA VELOSO (Ibama) – Não é hábito só, não.

(Intervenções fora do microfone ? 00:22:33)

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Só um segundo, porque senão a transcrição vai ficar uma doideira. Vamos seguir o ritual, tem ordem, a pessoa se inscreve.

ZILDA VELOSO (Ibama) – Eu só perguntei porque eu queria saber se de repente não era alguma coisa que estivesse... porque o Conama tem esse procedimento nas reuniões do Conselho, nas reuniões das Câmaras Técnicas. Não tem esse procedimento nas reuniões de grupos de trabalho. E eu estou entendendo que, por analogia, o que os estamos fazendo aqui é alguma coisa intermediária. Não tão informal quanto um grupo de trabalho do Conama, não tão formal quanto uma Câmara Técnica do Conama. (Intervenção fora do microfone ? 00:23:19). Caso nós ponderemos que seria melhor se ter um relator, nós vamos ter que colocar isso aqui e ele vai ter que... não pode ser o coordenador (risos). Pode ser os membros. Na Câmara Técnica, por exemplo, é um dos membros, é alguém designado como membro. No grupo de trabalho, Zuleica, não é gravado. (Intervenção fora do microfone ? 00:24:07). Espera aí, você está fora do microfone, deixa eu só acabar de fazer meu raciocínio...

Corte da gravação (? 00:24:17)

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Prosseguimos, é interessante, eu que tenho que olhar, ficam uns pontinhos. O que eu trouxe aqui foi que vamos trabalhar em cima desse assunto, não neste momento ficar com propostas de prazo, ou como o Bosco quer ver de outra forma. Só trouxe o assunto à tona. Daqui a pouquinho lhe passo a palavra, Ruth. Trouxe o assunto à tona. Acredito que vocês entenderam a importância. E eu tenho uma sugestão: que a Apromac, o Conama e o Sindirrefino façam a revisão ou comecem a revisão, enviem ao coordenador e vou repassar para todo mundo discutir dentro de prazos que daremos. Quando chegarmos à 13ª RO, nós vamos votar e aprovar o novo regimento nos qual nossas preocupações aqui elencadas, que eu coloquei, possam ser vividas e sanadas por um bom futuro. Com a palavra, agora, Ruth, do Conama.

RUTH TABACZENSKI (Deconama) – Primeiro, um esclarecimento que eu tenho visto que a Zilda toda hora tem lembrado. É Conama? Não, na realidade, eu sou representante do Deconama – Departamento de Apoio ao Conama, que é um departamento da Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente. Então, isso entra já no primeiro ponto na revisão do Regimento Interno. Como colocar o Deconama? Ele está, já de certa forma, como Ministério do Meio Ambiente porque ele é um departamento da Secretaria Executiva do Ministério, ou seja, ligado diretamente à Isabel. No caso, tem representante e vice, ou seria alguma coisa de vice, no caso, no Regimento. É só para deixar claro, porque a Zilda está achando que é o Conama, que eu estou representando o Conama. Eu não estou. E, como também ela deixou claro, tem representantes de todos os setores do Conama, tanto é que no regimento, a Resolução diz os componentes do grupo de trabalho e esse grupo está muito bem formado de acordo com a Resolução. A Resolução já diz no artigo 11 quais são os componentes e aqui está cumprindo de acordo. Então, nós não estamos fora de jeito nenhum. Acredito que o Edmilson estava querendo ajeitar para deixar claro...

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – O MMA, na última reunião, votou três vezes e não poderia. Eu, você e a Taís, um de nós não poderia ter votado.

RUTH TABACZENSKI (Deconama) – Isso é o que eu estou querendo dizer. Você está querendo deixar claro o posicionamento de cada membro do GMP. Você, coordenador, se você votar, quem estiver, se for a Taís a vice, não vota. E se for eu de repente a vice, não voto.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Minha sugestão, Ruth, se você me permite, eu gostaria que o Deconama, ou Conama, ou Doconama, não é o problema para mim, já ficasse eternizado na vice para votar. Podem ter aqui, do MMA, dez pessoas aqui dentro, entendeu? (Intervenção fora do microfone ? 00:28:20) Estou dizendo quem votaria dos dois. (Intervenção fora do microfone perguntando sobre suplente)

Gravação suspensa (00:28:36)

RUTH TABACZENSKI (Deconama) – Sobre a revisão do regimento, não sei onde vai entrar isso, talvez, suponho eu, no regimento. Uma sistemática. Este grupo é o grupo de monitoramento da Resolução. Nós ainda não temos uma sistemática desse monitoramento. O que eu vejo é a coleta de alguns dados, de algumas instituições para montar o relatório final que o MMA apresenta ao Conama na primeira reunião do ano. Na verdade, não há dados ou indicadores, bem claros, de monitoramento. Não há uma sistemática própria do grupo de monitoramento. Eu não sei se essa sistemática apareceria no Regimento Interno ou não, mas deixar uma coisa mais clara de como é esse monitoramento, porque o trabalho principal desse grupo é monitoramento da aplicabilidade dessa Resolução. Não está claro no regimento como vai ser isso. Não está claro como isso deve ser (Intervenção fora do microfone ? 00:30:07). Eu acredito que esse é o momento importante de se estabelecer essa metodologia. É importante todo esse nosso trabalho de oficinas, esse nosso trabalho de discussão, mas é hiperimportante o objetivo final do grupo. Deixar bem claro não sei se no regimento ou numa metodologia montada à parte que de repente se anexe ao regimento.

Eu tinha anotado outro ponto sobre a representatividade do Conama. Então, o Deconama é MMA. Não sei como ficaria no caso. Só isso.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Vamos ver quais as propostas que vamos analisar. Zuleica. (Intervenção fora do microfone) Tudo bem, João Bosco antecipando a Zuleica.

JOÃO BOSCO (Ibama) – O artigo 9º diz assim: “O Ministério do Meio Ambiente na primeira reunião ordinária do Conselho [do Conama] de cada ano apresentará o percentual mínimo de coleta de óleo lubrificante usado contaminado, acompanhado de relatório justificativo, detalhado. E o Ibama apresentará relatórios sobre os resultados da implementação dessa Resolução”. Acho que tem que se começar a respeitar isso. Na verdade está havendo uma mistura das coisas. Seria só para colocar o assunto na mesa.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Zuleica.

ZULEICA NYCZ (Apromac) – Quando fizemos a proposta substitutiva dessa Resolução, nós estávamos pensando justamente como amarrar os resultados desse grupo de forma a tornar eles... dar uma periodicidade aos resultados. E isso é uma coisa que realmente não conseguimos fazer ainda. Nós temos efetuado, estou falando da minha opinião, porque não existe uma metodologia pronta. Esse é o primeiro ponto.

Eu até tentei fazer um projeto para New World Foundation, tentando conseguir deles uma verba legal, uns dois, três mil dólares por mês, para nos dedicarmos exclusivamente a desenvolver uma metodologia e nunca recebi resposta. Porque é um trabalho profissional, um trabalho científico muito importante que envolve uma coleta de dados muito gigantesca. Nós temos que pegar todos esses dados, sistematizar, refletir sobre eles, buscar mais dados. Pegar, sistematizar de novo, trazer para o grupo, digerir, inventar ações, para testar, depois voltar. É um trabalho altamente profissional e está longe da nossa capacidade, todos nós temos milhares de outros assuntos para tratar. Na minha humilde opinião, nós não temos ainda metodologia, mas nós já temos alguns diagnósticos para um dia termos a metodologia que talvez até já estejamos praticando, mas que não estejamos conscientes dela. Porque ainda não temos isso claro, porque nós estamos tateando ainda numa coisa nova. Vejam, qual é o quadro que nós temos? Nós temos uma cadeia de produção, distribuição, consumo e descarte muito bem montada, que foi montada desde a década de 80 no País. Nós não estamos lidando com qualquer cadeia. Então, esse é um ponto e não podemos nunca esquecer.

Segundo, nós estamos tateando numa metodologia de como implementar uma resolução em função de uma cadeia existente que já não serviria, por exemplo, para outras cadeias, onde as cadeias não estão completas, vamos dizer assim. Só estou colocando coisas para pensar. Qual é o papel do Conama aqui? O Conama é o ponto de convergência. Todo ano nós temos que chegar lá e apresentar o relatório. Isso nos dá uma meta de prazo, de cronograma, que nós estamos cumprindo na parte do Ibama. Porque o grupo é para ajudar o Ibama e o Governo. O MMA teria que apresentar em todas as resoluções, o Ibama teria que estar apresentando para o Conama todos os resultados das resoluções que o Conama votou. Cá entre nós, isso seria o ideal. Impossível! Mas, vejam, o Conama botou uma resolução que tem meta de coleta, de não sei o quê para não sei o quê. Quem vai saber se a meta foi cumprida? Os conselheiros que discutiram durante anos aquela resolução nunca mais vão ter resposta? Vão ter que cada um, por si só, mandar individualmente um ofício para o MMA perguntando? Não, o Conama é o Conselho. Na prática é impossível, o Brasil, o país, o Estado, não tem estrutura para isso. Então, a idéia desse grupo é minimamente dar esse suporte para o Governo, criando um espaço que o Governo propicia para nós, através da coordenação, para que possamos fazer essa experiência. Por isso nós chamávamos que isso aqui era uma experiência única. Não me lembro de ter visto nada parecido antes, em quase nada. E é superimportante para o País porque estamos lidando com resíduo perigoso, estamos tirando ele do meio ambiente com o nosso trabalho. Não estabelecemos meta até hoje. Quando eu trouxe aquele relatório daquele seminário que eu e o Hassan fomos, em Brasília, do Programa Nacional do Meio Ambiente, que é patrocinado pelo Banco Mundial etc., no qual há o portal do licenciamento, editais para licenciamento nos Estados, vários editais importantes. Naquela época eu fui mal compreendida, e já era o princípio de uma tentativa de nos inserirmos em grandes projetos em que pudéssemos ter recursos, não só financeiros, mas recursos mesmo intangíveis para o nosso trabalho. A questão é que nós somos voluntários e amadores de certa forma na construção de metodologia. Eu não sou especialista nisso, nenhum de nós é. Estamos buscando. E não temos uma secretaria, não temos uma estrutura para esse grupo o suficiente. Tudo isso é para dizer também, entre outras reflexões, que eu acho que isso não deve estar no regimento. Na minha opinião, o regimento é mais para dar as regras do andamento do jogo. Mas as metas, enfim, o projeto que nós temos, aonde queremos chegar, é assunto de pauta.

Eu acho que nós temos que um dia pegar uma reunião séria e desenvolvermos metas, objetivos, um programa de ação. Como é que nós vamos implementar essa Resolução? O que nós já fizemos até agora? E o que deu? É um trabalho gigantesco.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Eduardo Carmo, ANP. Quem mais vai se inscrever? Tem mais inscrições? Vou começar a limitar o tempo.

EDUARDO CARMO (ANP) – Eu vou ser bem rápido. Eu só não concordo, Zuleica, quando você diz que não tem método. Tem, a ANP tem, faz esse trabalho e é muito bom. A ANP faz e, quando eu digo que faz, faz para qualquer um dos senhores. Acabei de ter uma reunião com o Dr. Walter e nós podemos demonstrar isso a hora que quiserem. Eu acho que faltam ações. O retrato do mercado é perfeito, eu digo para você quem não coleta, quem não informa. Tem de punir, porque a ANP se vê fazendo isso sozinha. Nós não temos muitos carros, mas nós autuamos, nós notificamos. Nós estamos fiscalizando sozinhos. No mercado ninguém está fazendo mais. Agora, precisa agir. O retrato, a metodologia existe e é boa à beça. A apuração de dados... eu digo para você quem produz onde, quem não informa, que tipo de óleo, quem não coleta. Praticamente falta fazer o do rerrefino. Eu tenho um espelho da coleta inteirinho, onde estão os problemas, quem são os problemas. O grande problema da ANP é que a nossa lei de penalidades é brincadeira, é muito fraca. (Intervenção fora do microfone solicitando relatório ? 00:38:50) Isso pode ser... está pronto aqui... (? 00:39:00)

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Deixa eu fazer uma pequena interferência. Zuleica, é o seguinte. Eu ia comunicar no final. Eles me comentaram sobre o dado e eu pedi para que fizessem a apresentação na reunião de São Paulo porque não estava no nosso portfólio de pauta. Entendeu? Eles vão apresentar na reunião de São Paulo. Porque não é o momento aqui, agora, e não temos tempo nem paciência para agüentar uma quantidade de informações dessa. Mas eu não sabia, eles me informaram agora no almoço. Agora, eu vou ter que segurar você também, Zilda.

ZILDA VELOSO (Ibama) – Eduardo, esse relatório seria um relatório em cima do que é comercializado ou em cima daquilo que é efetivamente recolhido?

EDUARDO CARMO (ANP) – Todos os dados que são determinados, que sejam coletados pela Resolução 362.

ZILDA VELOSO (Ibama) – Mas como é que vocês têm informações sobre aquilo que é recolhido?

EDUARDO CARMO (ANP) – O coletor me informa, o rerrefinador me informa, o produtor e mais, eu cruzo as informações. Eu sei o cara que está mentindo, eu te digo hoje quem está mentindo. Eu sei quem não informa. Eu sei quem está coletando errado. A ANP sabe. Nós temos esse trabalho. É um trabalhão para fazer, mas nós fazemos. Tem falhas? Tem falhas.

ZILDA VELOSO (Ibama) – Então, seria apresentado na reunião de dezembro?

EDUARDO CARMO (ANP) – Pode ser apresentado... ele está com o trabalho pronto aí.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Calma, gente. Nós temos tempo, só que ele quer falar, ela quer falar, ninguém respeita a inscrição, que diabo! Você se inscreveu agora. Celma.

CELMA DOS ANJOS (Anamma) – Eu entendo a angústia da Zuleica e ela tem de ser de todo o grupo porque já estamos na terceira oficina e não temos ainda um relato palpável, escrito, formatado, para se dar desse monitoramento. O que eu particularmente tenho tentado ao longo desse andamento é ir inserindo todos os dados que têm chegado naquele relatório de avaliação, que eu acho que ele pode se estender mais para nos dar informação. Mas, para isso, eu preciso da opinião de todos, da sugestão de todos para se tentar, dessa forma, realizar um monitoramento mais ou menos por amostragem em função do curso de capacitação. Essa é uma das formas, mas não tem nada sistematizado. Nós precisamos sistematizar.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Carmem Níquel. Oh! Carmem, eu sei que irrita, mas eu sou obrigado a segurar as inscrições. Afinal de contas, se não forem valer as inscrições, então deixo todo mundo falar. Eu vou fazer isso um dia. Vou deixar vocês todos falando, vou levantar e ir embora. Ruth.

RUTH TABACZENSKI (Deconama) – Sobre a avaliação de resoluções, no caso nosso aqui vai ser um monitoramento. Está sendo feito um trabalho no Conama, por um consultor contratado, para avaliar a execução, a implementação de dez resoluções, supostamente as dez resoluções mais aplicadas do Conama. De repente, esse é um trabalho interessante para conhecermos, para o pessoal apresentar o resultado desse trabalho aqui. Quem sabe até aproveitamos alguma coisa para implementar. Ainda não foi concluído, está sendo executado. O pessoal foi contratado, o pessoal está fazendo... (Intervenção fora do microfone ? 00:43:26) Não sei a previsão de conclusão (Intervenção fora do microfone novamente)... teria que ver, porque eu não sei te relacionar. Algumas tipo... (Intervenção fora do microfone)... exatamente. É isso que eu estou dizendo. Eu estou dizendo que esse trabalho está sendo feito e, a partir do momento que ele estiver concluído, essa experiência pode ser apresentada aqui ao grupo de trabalho para que possamos conhecer, criticar, aproveitar, ou não. Só estou levando ciência ao grupo que esse trabalho está sendo realizado.

E só um comentário rápido, sobre a sistemática de monitoramento que eu sugeri, sim ou não no regimento, eu só o coloquei porque um regimento interno diz como funciona um grupo de trabalho. Só isso.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – João Bosco, Ibama.

JOÃO BOSCO (Ibama) – Só queria colocar que estamos agora acertando nosso banco de dados. Inclusive eu pedi dados para a Tatiana, para que ela me mandasse os dados da ANP para começarmos o que seria um embrião de um cruzamento de dados de Ibama e ANP, para que possamos ver se estão batendo. E já temos alguns percentuais inclusive, isso eu levantei lá... dados de comercialização, de coleta e daí por diante. São os dados mais importantes, que seriam comercialização e coleta num primeiro momento. Depois começamos a descer na cadeia. Nós temos aquele problema dos postos, não temos todos cadastrados conosco. Nós vamos começar a tentar um trabalho grande em cima disso. Eu acho que mais resultado que isso também fica difícil. Nós estamos tentando viabilizar a Resolução.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Bom, pessoal, Dr. Walter.

WALTER FRANÇOLIN (Sindirrefino) – Olha, eu estou surpreso com relação a alguns aspectos. Eu acho que nós estamos nos perdendo um pouquinho no foco, inclusive da nossa própria

reunião. Nós temos coisas objetivas, na minha forma de ver, que foram trazidas pela Agência Nacional do Petróleo, que são os dados. Eu acho que o que importa é esse mapeamento porque o mapeamento reflete o que está acontecendo com a Resolução, até onde ela está sendo aplicada, até onde ela está sendo acompanhada, cumprida. Eu sugeriria, senhor coordenador que abrisse uns 15 minutos pelo menos para vermos a metodologia, já que nós estamos falando tanto em metodologia que vem sendo aplicada pela Agência Nacional do Petróleo, controlando as coletas Estado por Estado, região por região, atendendo àquilo que está na Portaria 464. É evidente que isso não está na pauta. Eu acho que nós estamos perdendo uma oportunidade de fazer uma análise concreta, inclusive de alguns aspectos relacionados com a atividade de coleta, pois pelos controles da ANP há uma distorção muito grande de um Estado em relação a outro. Eu acho que nós temos coisas que estamos gravitando, passando à margem de algumas circunstâncias, quando assuntos importantes estão ficando para trás. Essas são as minhas considerações.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Zilda.

ZILDA VELOSO (Ibama) – Eu acho interessante a colocação do Walter. Eu estou preocupada com uma coisa, ou eu não estou entendendo, ou realmente estamos falando de coisas diferentes. Quando se fala em parâmetros de monitoramento, o objetivo dessa Resolução não é que se lancem números de produção e coleta para vermos o percentual? Não é isso que obrigatoriamente as empresas têm que fazer dentro do cadastro da Ecofederal (? 00:47:05) Isso daí para mim são os números de monitoramento que a área de meio ambiente tem que apresentar anualmente. Então, o que mais está faltando? O que mais estamos precisando agora? Eu acho que estamos precisando identificar se as pessoas estão sendo bem treinadas, bem informadas. Isso as oficinas estão fazendo, acho que as oficinas estão fazendo isso. Nas oficinas nós não vamos obter números de recolhimento de óleo. Então, tem alguma confusão entre o que a Zuleica falou e você falou, Celma, que eu não estou entendendo. Eu não estou entendendo o que é esse parâmetro de monitoramento.

Para mim, está claro que as empresas têm que dar essa informação. Pelas regras hoje existentes no Cadastro Técnico Federal, isso é dado uma vez por ano. Essas informações são prestadas uma vez por ano, ao menos que se crie um relatório específico (Intervenção fora do microfone ? 00:48:19). Espera um pouquinho, gente, deixa eu falar, pelo amor de Deus! Eu acho que talvez eu conheça o cadastro melhor que vocês, me dêem esse direito de falar sobre isso. A regra é anual. A partir do momento em que eu crio uma regra específica, eu vou criar um relatório mensal, semanal, diário, dependendo do assunto. Se eu estou falando em DOF – Documento para movimentação de madeira, cada vez que for movimentado, isso vai ter que ser alimentado. Então, eu crio um relatório específico dentro do cadastro, o relatório básico é anual. O relatório para as questões de rerrefino tem uma periodicidade menor. E o relatório está lá. Nós tivemos dificuldades muitas, inúmeras. Nós temos dificuldades em implementar o relatório porque nem sempre tudo aquilo que se quer especificamente para um assunto pode ser lançado sem que se precise trabalhar essa informação de alguma forma. Eu não vou ter de um dia para a noite, não é mágica. Não vou ter de um dia para a noite um relatório lançado lá dentro.

Então, eu gostaria de tentar entender qual é o parâmetro que vocês estão pedindo, acho que vocês estão confundindo as palavras... as duas. As duas estão confundindo o que seria avaliação que o grupo faz com avaliação do que realmente as empresas têm que colocar dentro do cadastro. Se não me falha a memória, Bosco, já não foi feita uma apresentação esse ano? Uma consolidação dessas informações neste ano? (Intervenções fora do microfone ? 00:50:00). Não foi feita uma consolidação?

CELMA DOS ANJOS (Anamma) – Dá licença, Zilda, um momento? Talvez eu não tenha conseguido me expressar devidamente. Eu entendi a colocação dela, mas do ponto de vista das oficinas, das condições dessa capacitação e o retorno desse investimento, porque é um grande investimento essas oficinas. Se elas estão tendo o devido aproveitamento do ponto de vista de avaliação do evento. Isso é que eu tentei colocar. Nós precisamos de dados para ver se o que nós estamos fazendo aqui está surtindo efeito e, através disso, poderemos também dar subsídios para que seja a avaliação da Resolução do retorno disso ao rerrefino. Isso é um paralelo.

JOÃO BOSCO (Ibama) – O monitoramento da Resolução em si, se esse nosso trabalho está tendo algum resultado...

#### Intervenções fora do microfone (? 00:51:20)

ZULEICA NYCZ – Como a Carmem falou, como é que nós vamos chegar numa linguagem comum? Do que nós estamos falando? O que é metodologia de implementação da Resolução? São apenas os números que a ANP nos trouxe? Isso basta para nós? Não, é o seguinte, os números fazem parte do nosso trabalho, mas estamos preocupados em implementar essa Resolução em todo o território nacional. E os números sempre vão nos trazer os furos do óleo que não está sendo coletado. Nós queremos ir atrás desse óleo também, nós queremos implementar a Resolução de fato no País. Então, os números são vitais para dizermos: “Bom, 80%, ou 70% ou 50% do problema está resolvido, está controlado, aparentemente. Eu estou dando como exemplo. Só para terminar meu raciocínio, os números vão mostrar para o Conama, na primeira plenária de cada ano, que foi feito um trabalho, está sendo feito um trabalho de aprimoramento do cadastro, um trabalho de aprimoramento, enfim, dos sistemas possíveis de se fazer através da ANP.

Uma segunda coisa que nós colocamos como parte da implementação, não sei se os senhores lembram, como ponto importante para esse grupo trabalhar, era a conversa dos dois cadastros, a ANP precisa conversar com o Ibama, porque são duas instituições diferentes, dois Ministérios que trabalham sobre o mesmo tema, ambos fazendo a fiscalização, a ANP, por um viés, e o Ibama por outro. A ANP precisa garantir o abastecimento de óleo no País, ela não pode permitir o desvio, e o Meio Ambiente também não pode permitir o desvio. Todo mundo quer recuperar esse óleo, para que ele não vá para o meio ambiente.

Uma segunda vertente do trabalho seria conseguir aprimorar a base de dados, estão lembrados? Foi uma coisa que nós conversamos... tem várias eu acho. Eu não estava preparada para tratar esse assunto, porque, para mim, é um assunto complexo. Metodologia de implementação de uma resolução específica, por exemplo, é muito complicado. De fato o Conama contratou alguns consultores ou um consultor para fazer um trabalho mastodôntico, hercúleo, de acompanhar dez resoluções do Conama. Nós estamos tentando acompanhar uma aqui e olha o trabalho que dá. Nós estamos aqui diagnosticando os furos, para onde está sendo desviado o óleo. Descobrimos que um dos furos é no licenciamento. Nós temos que fortalecer os órgãos ambientais. Daí o porquê dessas oficinas. Daí o porquê daquela angústia que nós duas estávamos compartilhando, que é o seguinte: o resultado que nós estamos obtendo, como é que nós vamos obter esses dados dos resultados que nós pretendemos obter e quais são eles, de verdade, nessas oficinas em relação á prática, no mundo real. Ou seja, esse pessoal faz a capacitação, percebe que a Resolução está em vigor, que ela traz novidades, que eles vão ter que rever os licenciamentos deles. Quando fizerem novos licenciamentos, eles vão ter que impedir os furos do desvio. Será que isso está chegando ao órgão ambiental, essas oficinas. Essa era a questão. Mas isso é uma parte minúscula do processo de implementação da Resolução, do monitoramento da implementação da Resolução. Então, são várias vertentes, são várias dimensões. Por exemplo, como é que está a isenção fiscal? (Intervenção fora do microfone ? 00:55:45) É que eu estou explicando para a Zilda, que é nova no grupo. É que nós já sabemos tudo, Zilda. Não que estejamos com a linguagem muito igual, mas estamos debatendo isso há tanto tempo. Isenção de ICMS, por exemplo, não é assunto do grupo, mas é parte do relatório. São tantas as dimensões para analisar a implementação desta Resolução que eu estou muito curiosa em saber o resultado dessa consultorias que o Conama pagou, está pagando, não sei se o MMA contratou, porque parece que o que o consultor está ganhando, não daria para fazer 10% de uma Resolução. E ele está com dez. Então, eu quero conhecer essa metodologia que ele está aplicando. (Intervenção fora do microfone) Mas esse aqui é um problema meu. Em função desse contrato, que resultado virá e como será útil para nós, essa é a minha curiosidade.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Pode ficar à vontade. Vocês vão ficar cansados hoje. Eu fiz tudo para que a coisa fosse *light*, mas vocês adoram enfiar o pé na lama, o pé na jaca.

EDUARDO CARMO (ANP) – Peço desculpas, ao senhor, a sua participação é fundamental, não desista, peço desculpas ao senhor. É fundamental para o funcionamento disso, mas eu fico um pouco preocupado com a discussão. Eu também concordo um pouco com o Dr. Walter. Nós temos um trabalho pronto e precisamos agir. Eu gostaria muito de ver o trabalho dela, mas eu não preciso ver trabalho nenhum para fazer o que eu tenho que fazer para a Resolução 362. No momento, na minha opinião, é ir a campo, fiscalizar e ir atrás de quem está agindo errado. É simples e a ANP não tem a estrutura necessária para abraçar isso, precisa da Ibama, do Conama, de quem for. A ANP sozinha não fiscaliza e não tem condições de fiscalizar. Agora, não podemos ficar aqui três anos analisando e criando metodologia. A metodologia, volto a repetir, existe, é boa e está pronta. O trabalho que você perguntar, eu respondo.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Eduardo, vamos por os pingos nos is. Vocês concordam com o *petit comité* da revisão do RI ser a Apromac, o Conama e o Sindirrefino? Como o Regimento Interno está “suspense”, nós não vamos contar os votos. Nós vamos para o *coffee break* e a ANP, por pedido do Dr. Walter, do Sindirrefino, faça a apresentação que faria dia 13, na 13ª Reunião Ordinária, porque, já que declinei uma vez para alguém de fora e dentro do prazo, não será para membros do GMP que eu não vou declinar. Mas eu não acho, vou deixar bem registrado, que seja o bom momento para isso.

EDUARDO CARMO (ANP) – ... a ANP presente de forma sucinta e rápida e depois dê a cópia do trabalho a vocês para que todo mundo estude e em São Paulo possamos mergulhar.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – *Coffee break*.

#### **PARTE IV – Após *coffee break* (à tarde)**

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Vamos tentar dar continuidade a essa 13ª Reunião Ordinária. Gostaria de lembrar para vocês, só olhar na tela. Está escrito “Proposta de Pauta”. Tem sido rotina eu mandar para vocês com muita antecedência proposta de pauta. O nome até diz proposta e ninguém se manifesta. Depois tenho um pecado cometido na 11ª, vamos modificando, mas um dia consertamos isso. Vamos ao quinto ponto da nossa pauta, que aqui não vira mais proposta, é pauta. Vamos tentar falar da terceira oficina, que é amanhã, e os ajustes finais. Eu vou começar curiosamente falando da quarta oficina. Decidi, em conjunto com a Dra. Taís, neste momento não ainda tenho uma gerente, que para a Região Sudeste, na quarta oficina regional, a Abema tem direito a quatro representantes por Estado, a Anamma tem direito a quatro representantes por Estado, pagos pelo Ministério do Meio Ambiente.

Gostaria de saber do Sindirrefino e da ANP, voltando agora à terceira oficina regional nossa, que começa amanhã, aqui em Florianópolis, se vai haver apresentação do convênio Sindirrefino–ANP–Abema.

CARLOS MONTEIRO (ANP) – Na realidade, não. Deve ser alvo de uma assinatura de um evento entre 17 e 24 de outubro, em São Paulo. Estamos acertando com o Dr. Walter ainda os detalhes com relação a isso.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Perfeito. Sobre o manual. Pois, não, Dr. Walter.

WALTER FRANÇOLIN (Sindirrefino) – A propósito do convênio, gostaria de deixar o senhor coordenador ciente de que a Agência Nacional do Petróleo, Sindicato do Refino e Abema assinaram o documento. Este documento estava para ser publicado no Diário Oficial, não sei se já foi. (Intervenção fora do microfone ? 00:03:27). Ontem?! Por uma questão interna da Agência Nacional do Petróleo, esse documento não poderia dar a ele publicidade, a não ser depois de publicado no Diário Oficial. Existiam dúvidas se nós estaríamos em condições de publicar antes da nossa reunião aqui, em Florianópolis. Por essa razão, o superintendente de Abastecimento entendeu por bem que não deveríamos correr o risco de trazer para cá um convênio que não estivesse publicado. Em função disso, ele postergou essa situação para o mês de outubro, num evento que nós vamos fazer realizar na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Passei um ofício, um e-mail, endereçado ao Dr. Rasca, que é o vice-presidente da Abema, solicitando a ele ou Dr. Eugênio para que se fizesse presente nesse evento em São Paulo para divulgação do convênio, que, segundo consta, teria sido publicado no *Diário Oficial*.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Ok! Obrigado. Vamos falar sobre o manual de fiscalização do Ibama. João Bosco e Zilda. A pergunta da coordenação é a seguinte: vocês vão distribuir esse material amanhã na oficina ou quando da sua palestra. Haverá a possibilidade de um lançamento do manual em nível nacional?

JOÃO BOSCO (Ibama) – Amanhã, nós vamos distribuir para os participantes. Nós estamos com cem exemplares para distribuir amanhã. O que ficou acertado já com a nova diretora no Ibama é que estava havendo entendimento entre a Ascom – Assessoria de Comunicação – do Ibama e o pessoal da Fiesp para um lançamento talvez pelo ministro Carlos Minc. Está em conversação. Nós estamos com os exemplares no Ibama, aguardando algum tipo de orientação nesse caso.

WALTER FRANÇOLIN (Sindirrefino) – Sr. coordenador, me permita. Se houvesse uma atuação conjunta, talvez nós pudéssemos aproveitar esse evento do lançamento do convênio para fazer o lançamento do manual de fiscalização. Acho que podemos fazer um evento só, com a presença do ministro. Acho que poderíamos sair fortalecidos desse episódio, desse evento e, aí, eu contaria com o apoio da Dra. Zilda no sentido de fazer encaminhar junto ao Ibama uma mensagem que eu passei para a Sandra Sato, no sentido de darmos uma cobertura para esse evento, em São Paulo, para o lançamento do manual. E podíamos aproveitar para a divulgação desse convênio. Acho que poderíamos fazer um evento só de maior envergadura.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Deseja se pronunciar, Dra. Zilda?

ZILDA VELOSO (Ibama) – Eu não estava sabendo desse desejo de vocês, nem vi esse *e-mail*. Eu conversei com a Sandra, uns 15 dias atrás, pedindo a ela uma agenda. Se ela teria condições de acessar pelas assessorias de comunicação a agenda do ministro. Ela disse que a princípio a assessoria de comunicação só se pronunciaria frente a um compromisso agendado. Eu tive uma oportunidade, na ausência da Sandra. Ela me pediu que fosse despachar com o presidente do Ibama, entreguei para ele uma cópia do manual, pedi a ele que visse com o ministro uma oportunidade de fazer o lançamento disso o mais breve possível para podermos distribuir inclusive nas oficinas. Ele até agora não me deu retorno. A Sandra está viajando, ela está em Criciúma hoje e amanhã, quinta-feira vou conversar novamente com ela sobre isso.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Ok! Obrigado. Ainda sobre o item 5, da terceira oficina aqui, em Florianópolis, queria ver com a Anamma, que ficou por conta da impressão dos fôlderes, que me parece, eu não vi ainda a impressão, está havendo um problema de nomes de palestra da Anamma. Foi resolvido?

CELMA DOS ANJOS (Anamma) – Com relação só à inversão do título da palestra, foi resolvido, não tem problema nenhum. Quando se fizeram aquelas alterações, da segunda para a terceira, usou-se aquele modelo anterior. E passou batido, eu não vi. Depois fez a reversão, tranqüilo. Todas as outras alterações sugeridas com relação a negritar com uma fonte melhor para dar destaque às palestras também foram feitas. Está ali, se quiser, agora eu pego o modelo.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Está bom, muito obrigado. Vou fazer um pequeno relato para vocês de quem o Ministério do Meio Ambiente está trazendo para essa oficina já como prólogo de uma coisa que vamos fazer para o relatório ano que vem ao Ibama em que vamos listar a quantidade de capacitados, o quanto gastamos de dinheiro. Não precisam pedir a transparência porque vai haver. Vindos, pelo Ministério do Meio Ambiente, para a 3ª Oficina Regional de Capacitação na Resolução 362, dez instrutores. Convidados do MMA: o próprio MMA, a Universidade de Brasília, a Universidade Federal do Paraná, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o CNTL do Rio Grande do Sul, o Sindicato das Empresas de Carvão de Santa Catarina, com dois representantes, um total de convidados, então, de oito pessoas. A Abema, nós viremos com Fepam, nove representantes; Fátima, SC, cinco representantes; Cema e IAP do Paraná, com três representantes; e o representante da Abema do Sergipe, dando um total de 18 participantes. Da Anamma, estamos com dois participantes de Maceió; um de Salvador; um de Canguçu, RS; Augusto Pestana, RS, dois; Canoas, RS, um; Lagoa de Três Cantos, RS, um; Porto Alegre, dois; Goiânia, um; Caxias do Sul, RS, um; Santa Cruz do Sul, um, todos do RS, e Nova Ramada, RS, um, num total de 15.

Teremos, já previsto, um número não correto mas informado pela Dra. Carmem Níquel, de mais representantes da Fátima, de Santa Catarina, mas aqui não os possuo inscritos, não sei dizer o número correto.

De forma que nós chegamos a ter inscritos, pelo Ministério do Meio Ambiente, 43 capacitandos, com uma desistência de cinco, que agora devem ser supridos com a notícia que a Carmem nos trouxe de manhã de vinda de mais membros de Fátima, SC, corrigindo do município de Florianópolis. Eu só estou lendo isso para vocês para que percebamos que o universo da nossa terceira oficina vai ser um pouco mais eclético do que foi tanto em Goiânia como em Natal. Gostaria também de situar para vocês, foi uma evolução interessante. Nós levamos 25 em Goiânia, 27 em Natal e agora estamos aí, com 37 ou 38. Na realidade, seria um número um pouco maior. Nós havíamos disponibilizado, eu e Dra. Taís, cerca de 50 vagas, ou seja, estamos ainda aquém das possibilidades que vamos vivenciando no Ministério. Por aí, pretendemos ver se melhoramos cada vez mais.

Está aberta a palavra para qualquer situação dos ajustes finais da reunião, da nossa oficina, que começa amanhã, em especial a Dra. Taís que acabou de chegar ao recinto. Sinto que se ninguém tiver colocação, poderíamos deixar a nossa futura ex-companheira... tudo bem? Ninguém tem mais nada a falar da oficina?

CELMA DOS ANJOS (Anamma) – É um convite a todo GMP que, durante a organização, que vocês chamam de *petit comité*, os outros membros do GMP também se interessassem das nossas dificuldades, porque nas organizações, nos chamamentos de potenciais parceiros, nós precisamos do auxílio de cada uma dessas entidades participantes do GMP para que nos ajudassem com relação a essa organização, o que diz respeito a esses parceiros, porque as entidades em que todos nós, colegas, participamos eu acho que ajudariam muito, têm um peso muito grande. Ok?

E para a próxima eu já antecipei a conversa com o Dr. Ruy e com o Rick para os parceiros para São Paulo. Mas precisamos também de outras parcerias porque, afinal, o Sindirrefino tem estado à frente dessas negociações e dessas parcerias, ao qual temos que agradecer bastante.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Mais alguma observação sobre o acontecimento de amanhã e depois de amanhã?

CARMEM NÍQUEL (Abema) – Após a segunda oficina, fizemos uma série de observações que são importantes, mas de cunho operacional. Então, não sei se ficaria o grupo inteiro, Edmilson. São aquelas questões de informações gerais que ficamos de fazer. Um *slide* para ficar mantido o tempo todo disponível, onde tem informações locais, informações sobre isso, onde entregar as fichas, aquelas questões que até tu colocastes que eram as tuas preocupações com relação às pessoas não ficarem procurando no meio do evento para resolver algumas coisas. Isso tudo tem que ficar elencado para que coloquemos isso no início da oficina porque, além de ter mais gente, nós vamos ter uma gama maior de dúvidas. Não sei se não poderíamos fazer uma pequena reunião e fazermos essas informações gerais.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Carmem, tenho notícia boa e ruim sobre esse assunto. A ruim, não adianta ficar colocando *slide* de onde está disponibilizado palestra porque as pessoas depois acessam e eles não estão lá. Foi na primeira oficina assim e assim na segunda. A outra coisa é o seguinte, sobre a questão dos sofrimentos dos relatórios, dos tíquetes de passagem, graças a Deus, não precisamos de trazer os relatórios e muito menos os envelopes porque o sistema do Ministério foi aperfeiçoado e todo mundo que viajou pelo Ministério vai ficar tendo, de 20 (? 00:18:17) a 24 horas, um aviso no seu endereço eletrônico com o relatório lá dentro e o endereço do Ministério para mandar para lá. Aqueles que não corresponderem a isso vão ter seu nome bloqueado em caráter por um momento temporário no Ministério, ou se não depois definitivo. Nesse ponto, a notícia é boa porque eu não vou ter aquela quantidade de gente em cima de mim, entregando tíquete de passagem, mudança de passagem.

A ajuda que você nos proporcionou da Aline, nós vamos utilizá-la realmente ali, depois de elencada essa série de informações que você sugere que seja passada. Mas o sofrimento do relatório, depois de grande sofrimento, ele foi resolvido, inclusive para vocês. Vai ficar lá SCDP, você está devendo relatório, viagem tal. E isso vai bloquear vocês caso não nos devolvam. Eu não tenho mais, graças a Deus, de ficar carregando tíquete de passagem de ninguém.

Sobre o *slide*, você falou que eu não interpretei bem o que disse.

CARMEM NÍQUEL (Abema) – Não seria apenas com a disponibilização dos *slides*, mas também à questão da passagem que tu disse agora que está resolvido. Isso é menos uma das preocupações, mas aquelas questões logísticas, idas, vindas, transfer, o que é que fica por conta, visita técnica, listagem, onde vai estar a assinatura. Sabe aquelas coisas que, no fim, chateiam e tomam um tempo durante o evento? Nós elencamos e termos uma folha clara disso, para ficar sempre nos intervalos projetados. É o operacional, estou pensando na fluidez.

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Tudo bem, eu me disponho, acho que Celma também, após acabar essa reunião, fazermos esse trabalho. Está legal?! Bom, se ninguém tem mais nada a colocar, eu... diga.

RUTH TABACZENSKI (Deconama) – Eu não peguei até o final do programa da oficina. Não tinha aquele teste que foi feito na última oficina. Nós vamos aplicar esse teste? Eu chamei de teste porque avaliação parece aquela provinha. Até o momento em que eu estive com o programa não estava constando, não sei se vamos continuar essa metodologia ou não?

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Deixa eu explicar, a Zilda não participou. Ele não está lá porque pensávamos em estudos de casos. Depois vimos que não soubemos coletar informações sobre estudos de casos. Nada impede que seja arranjado para se fazer aquela rodada de avaliação que a Dra. Taís dirigiu muito bem na última. Acontece que ele não está no programa, mas, para fazer isso, as pessoas têm que assumirem quem é que vai fazer isso. As outras pessoas têm que encurtar suas palestras. Os *coffee breaks* têm que ter o seu horário vivido, não o horário expandido. Felizmente, daquela vez tínhamos o companheiro Hassan junto, que conseguiu fazer essa mobilização por ter dirigido o programa, a confecção do programa. Eu vejo, Ruth, que é extremamente possível, mas temos que ver entre nós aqui, ainda mais os que participaram, porque realmente foi muito legal. Foi um esquema assim, Zilda, a Taís, devido termos ganhado tempo, que ganhamos muito com o fato de almoçarmos no local, com o tempo ganho, fez um questionário em que fazia perguntas aos participantes. Um questionário básico, cinco perguntas para todo mundo. Aí vinha Estado tal, município tal, e eles foram soltando as suas informações. Acho completamente válido, mas não entrou por essa razão, Ruth. Iam ser estudos de caso.

Mais alguma colocação? Então, convido a Dra. Taís a vir aqui, conversar um pouco conosco. E, após a fala da Dra. Taís, essa 12ª Reunião Ordinária está encerrada

TAÍS PITTA COTTA – Obrigado, senhor coordenador, gerente de Resíduos Perigosos do Ministério do Meio Ambiente. Desculpem o horário. É uma fala meio de despedida. O Edmilson e a Zilda já devem ter colocado vocês a par da situação. A Sérgia saiu da Gerência de Segurança Química, está indo para ser diretora de Mudanças Climáticas, e eu vou passar para a agenda de Segurança Química, que era uma agenda que eu já acompanhava na universidade, já tenho bastante conhecimento. E a Zilda vai com muito aperto no coração deixar de colaborar tão intimamente com o Ibama e vai colaborar no Ministério do Meio Ambiente, na parte de resíduos, que ela também já tem bastante vivência e intimidade.

Mas eu já pedi permissão para a Zilda para continuar atuando nos resíduos porque eu estou completamente contaminada pelos resíduos e pelo óleo lubrificante, que eu não quero me livrar dele tão cedo.

Foi um prazer conviver com vocês, o grupo é extremamente motivado. Essas oficinas têm sido um aprendizado muito grande para o grupo também e eu pude observar que na segunda oficina tivemos já resultados melhores do que na primeira e eu espero nesta terceira nós tenhamos resultados ainda melhores. É muito legal poder observar os participantes tirando suas dúvidas, trazendo suas preocupações e gostando muito dessas atividades, que isso contribui muito para eles.

Dizer que vou continuar sempre à disposição, na parte da Segurança Química, e toda vez que tiver um *link* mais forte com a gerência da Zilda eu vou estar lá atuando no *link*.

Foi um prazer realmente estar aqui com vocês. Obrigada!

COORDENADOR (Edmilson Rodrigues da Costa) – Eu queria fazer um agradecimento pessoal a você, Taís, que trouxe essa novidade de convidar a universidade, a academia, para participar das oficinas. Foi uma inovação que você trouxe ao nosso grupo e também agradecer que todas as reivindicações que lhe levei, chateando a nossa sala, você atendeu a todas, e eu espero que assim continue. Deus concedendo tudo o que for possível!

Uma boa tarde para todo mundo!

\* \* \*



MAM Comunicação Ltda. ME

(Transcrição de CD de áudio, sem revisão dos oradores e em caráter **ESTRITAMENTE RESERVADO**)